

Enciclopédia Negra

Obras pertencentes ao acervo da Pinacoteca de São Paulo.
Doação dos artistas, por intermédio da Associação Pinacoteca Arte e Cultura.

Nota editorial:
Os textos seguem a ortografia original dos autores.

Enciclopédia Negra

Um constrangedor silêncio invade os arquivos da escravidão, os livros didáticos os acervos de obras visuais. Neles, as referências acerca da imensa população escravizada negra que teve como destino o Brasil — praticamente a metade dos 12 milhões e meio de africanos e africanas que aportaram no país, desde inícios do século XVI até depois da 1ª metade do século XIX — são ainda muito escassas. Também são pouco mencionados o protagonismo de negros, negras e negres que conheceram o período do pós-abolição; aquele que se seguiu à Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a qual, longe de ter sido um ato isolado, correspondeu a um processo coletivo de luta pela liberdade, protagonizado por negros, libertos e seus descendentes.

A exposição *Enciclopédia Negra* faz parte de um amplo projeto, que se iniciou em 2016, e que pretende ampliar a visibilidade de personalidades negras até hoje pouco conhecidas. Ele contou com o apoio da editora Companhia das Letras, do Instituto Ibirapitanga, da Pinacoteca de São Paulo, do Soma e dos 36 artistas que responderam à chamada e lhe deram a ele realidade. A mostra traz mais de 100 obras que se pautaram nos verbetes escritos para o livro homónimo de autoria de Flávio Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz, que apresenta 417 verbetes e mais de 550 biografias.

Narrar é uma forma de fazer reviver os mortos e cada tela traz uma linda história: foram pessoas que se agarraram ao direito à liberdade; profissionais liberais que romperam com as barreiras do racismo; mães que lutaram pela alforria de suas famílias; professoras e professores que ensinaram seus alunos a respeito de suas origens; indivíduos que se revoltaram e organizaram insurreições; ativistas que escreveram manifestos, fundaram associações e jornais; líderes religiosos que reinventaram outras Áfricas no Brasil.

A grande utopia é devolver imaginários e histórias mais plurais em termos de raça, geração, região, gênero e sexo. Essa é uma maneira de qualificar a democracia, deixando de discriminar setores da sociedade brasileira que correspondem, ao menos no Brasil, a uma “maioria minorizada” na representação social.

Enciclopédia Negra pretende, também, contribuir para o término do genocídio dessa população. Pois tornar estas histórias mais conhecidas e dar rostos a estas personalidades contribui para a reflexão por trás das estatísticas, que nos acostumamos a ler todos os dias nos jornais, “naturalizando” histórias brutalmente interrompidas; seja fisicamente, seja na memória.

Negras Minas

Se um processo de invisibilização se abateu sobre a história da população negra brasileira, de maneira geral, ainda mais ausente da documentação é a sina de uma série de mulheres de origem africana que foi obrigada a abandonar suas famílias para construir outras, aqui no Brasil. Nos registros restaram, porém, as biografias dessas verdadeiras protagonistas que lutaram para não serem separadas de seus filhos, que com seu trabalho nos mercados conseguiram comprar suas alforrias e a de seus herdeiros, que constituíram pecúlios durante a vida e compraram propriedades, que fugiram para terem seus rebentos nascidos fora do cativeiro, que lideraram rebeliões e foram rainhas em seus quilombos. Elas foram exemplares em seus próprios cotidianos e deixaram marcas de sua resiliência e da sua capacidade de formar redes de afeto, sociabilidade e resistência.



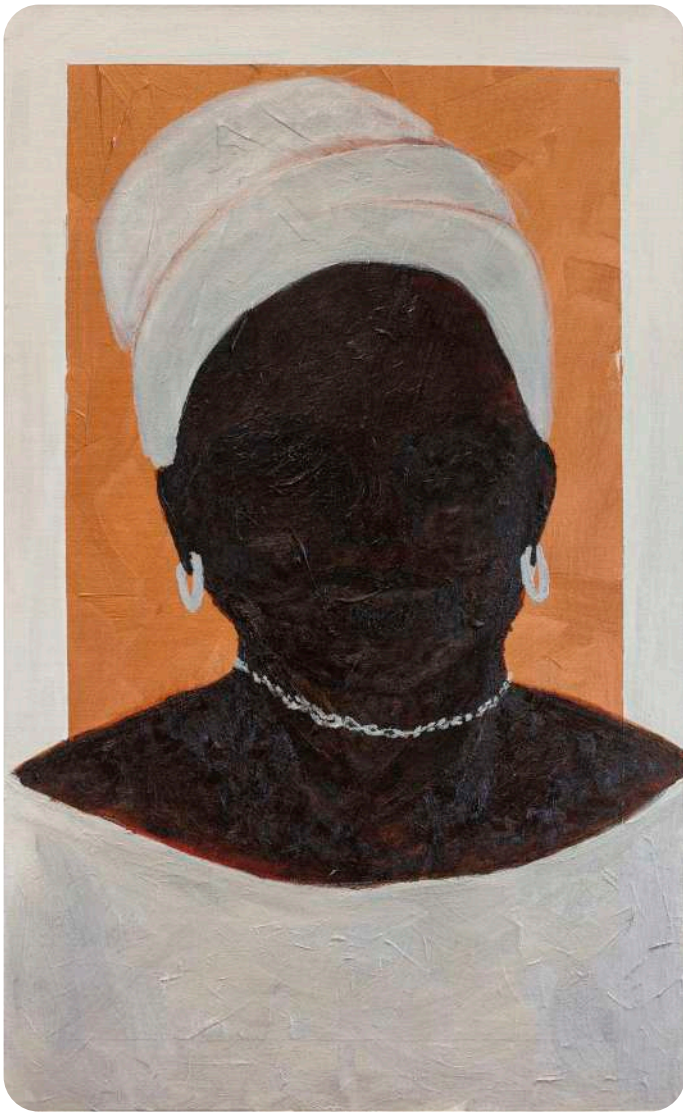
1.
Rita Cebola
Mulambö
(Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil, 1995)
Pintura / acrílica sobre papelão
17,8 x 19,7 x 0,4 cm

Escravizada e depois liberta, Rita Gomes da Silva recebeu o apelido de Rita Cebola por causa da ocupação de seu amante e depois marido. O tenente-coronel Inocêncio José da Costa, português, vivia na Bahia no século XVIII, atuando no comércio desse rico tempero. Inocêncio era identificado como “comerciante abonado e acreditado e tesoureiro-geral da Junta da Real Fazenda”, sendo que sua vistosa casa comercial se situava na Cidade Baixa, no bairro da Praia. Dizia-se que Rita seria, na verdade, intermediária dos negócios que o português realizava. Rita exercia grande poder sobre o marido, de modo que “as pessoas que precisavam dos seus favores eram induzidas a lhe presentear de modo soberbo”. Em seu testamento, Inocêncio declarou que sua mulher, quando se casou com ele, já “possuía uma morada de casas de sobrado, situadas na rua do Gravatá, em chãos próprios, livres e desembargados”. Inocêncio faleceu em 1805, já de Rita Cebola não temos mais informações.



2.
Catarina Cassage
Panmela Castro
(Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1981)
Pintura / óleo sobre tela
69 x 50,5 x 7,7 cm

Catarina Cassange foi uma africana que fugiu para viver a liberdade quando estava grávida. Entre 1838 e 1839, o seu proprietário coloca vários anúncios no *Diário do Rio de Janeiro*, reunindo informações sobre o seu paradeiro. Catarina – conhecida vendedora – costumava circular pela Rua do Livramento e foi ali que contou com apoio de outros africanos na sua fuga planejada. O liberto africano Aleixo, que tinha ofício de barbeiro ajudou a esconder Catarina na sua casa na Rua dos Ferradores. Depois ela conseguiu apoio para alcançar o “quilombo de Laranjeiras”, onde deu a luz a seu filho chamado José.



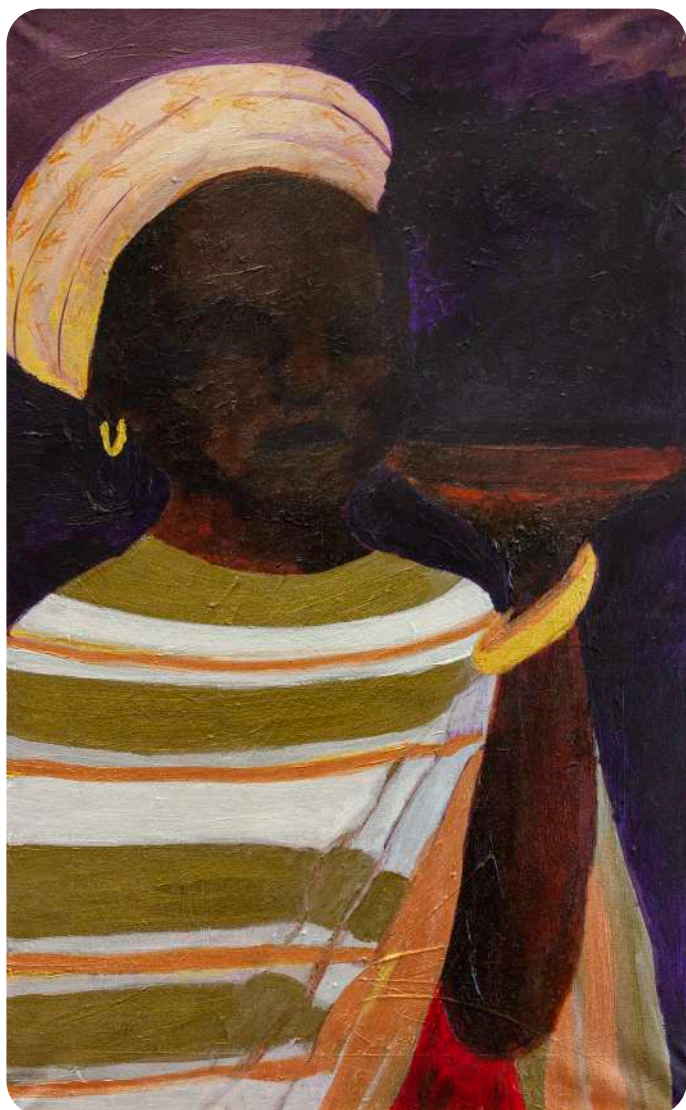
3.
Um olhar para a vida de Fortunata Maria da Conceição
Micaela Cyrino
(São Paulo, Brasil, 1988)
Pintura / acrílica sobre tela
80 x 49,7 x 2 cm

A africana nagô Fortunata lutou para se libertar de vários cativeiros. Em meados de 1848, já liberta, Fortunata Maria da Conceição encaminhava uma petição aos juízes e vereadores reclamando que seu marido, o africano liberto mina João José Barbosa, pretendia vender a banca de comércio que os dois ocupavam na Praça do Mercado sem sua autorização, pois os dois estavam “tratando de seu divórcio.” Segundo investigações “os forros minas Fortunata Maria da Conceição e João José Barbosa, instalados na banca 108 desde 1842, eram constantemente vistos pela vizinhança da Rua do Sabão em meio a brigas bem violentas”. Havia ainda acusações de violência doméstica, ciúmes e adultérios.



4.
Ana, Deolinda e Isabel, Capoeiristas
Panmela Castro
(Rio de Janeiro, Brasil, 1981)
Pintura / óleo sobre tela
50 x 70,2 x 7,7 cm

Mulheres capoeiristas (séc. XIX), Rio de Janeiro – Ana Clara Maria Andrade, Deolinda e Isabel Maria da Conceição
Desde o século XIX, a capoeira foi também um espaço feminino. Muitas mulheres aparecem nos registros de repressão e nas denúncias em jornais de cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, ao longo do século XIX. No início de 1878, o Jornal do Comércio noticiava que algumas “pretas” tinham sido “presas por capoeiras”. Sob a acusação de “peritas na capoeiragem” e chamadas de “destemidas”, foram detidas Isabel Maria da Conceição e Ana Clara Maria Andrade, juntamente com a escravizada Deolinda. Todas estavam em “renhida luta” e desafiaram as autoridades policiais. Na Corte Imperial, elas e outras mulheres certamente faziam parte dos cenários de cultura negra que envolviam os dois grandes grupos (subdivididos em maltas) de capoeiras, conhecidos Nagoas e Guaimaus.



5.
Um olhar para a vida
 de **Henriqueta Maria da Conceição**
Micaela Cyrino (São Paulo, Brasil, 1988)
 Pintura / acrílica sobre tela
 80 x 49,6 x 2 cm

A africana ocidental Henriqueta fez parte de uma geração de africanos que desembarcaram enquanto escravizados na Bahia na primeira metade do século XIX, trabalharam nas ruas de Salvador e depois foram vendidas para o Rio de Janeiro, onde tiveram atuação como “pretas minas” quitandeiras. Na Corte desde a década de 1840, Henriqueta se casou com o africano Rufino em 1855. Sabe-se que atuava como ganhadeira, vendendo alimentos nas ruas, em geral frutas, nas ruas do centro. Henriqueta manteve uma união “ilegítima” por quase oito anos com Rufino, que também vivia de sublocar quartos da sua casa. Diante de crises conjugais Henriqueta tendo feito tanto esforço para se casar na Igreja, achou por bem se “divorciar. Ao final do processo, a Justiça acabou ordenando que Rufino a reembolsasse não só da sua metade dos débitos restantes como das custas do processo. Henriqueta conseguiu, nesse meio tempo, pagar o acúmulo de dívidas e se ver livre de um casamento marcado pela violência e pela mentira. E prosperou. Ainda antes de 1861, ela já tinha obtido licenças para abrir duas barracas no largo do Rosário. De Rufino foi retirado, nos termos de época, seu “direito ao orgulho”; já Henriqueta recuperaria o dela e enriqueceria (com muitos “dividendos”).



6.
Ana de Jesus
Jackeline Romio
 (São Paulo, Brasil, 1981)
 Pintura / acrílica, folha de ouro e verniz sobre tela
 39,5 x 30 x 1,5 cm

Ana de Jesus teria vivido em Vila Rica, Minas Gerais, no século XVIII, e a exemplo de vários escravizados de seu tempo, há de ter conquistado a liberdade em razão do pecúlio que acumulou encontrando ouro de aluvião nos rios da província. Mas não se conhece o modo como Ana ganhava a vida. O certo é que prosperou a ponto de também comprar alguns escravos, como foi comum para muitos libertos que viveram em Minas Gerais nas últimas décadas setecentista. Também não se em registro de quando nasceu ou morreu. No entanto, documentos revelam que ela teria se casado com Tomás de Freitas em janeiro de 1745, o qual era, até então, seu escravizado.



7.

Sabina da Cruz

Elian Almeida

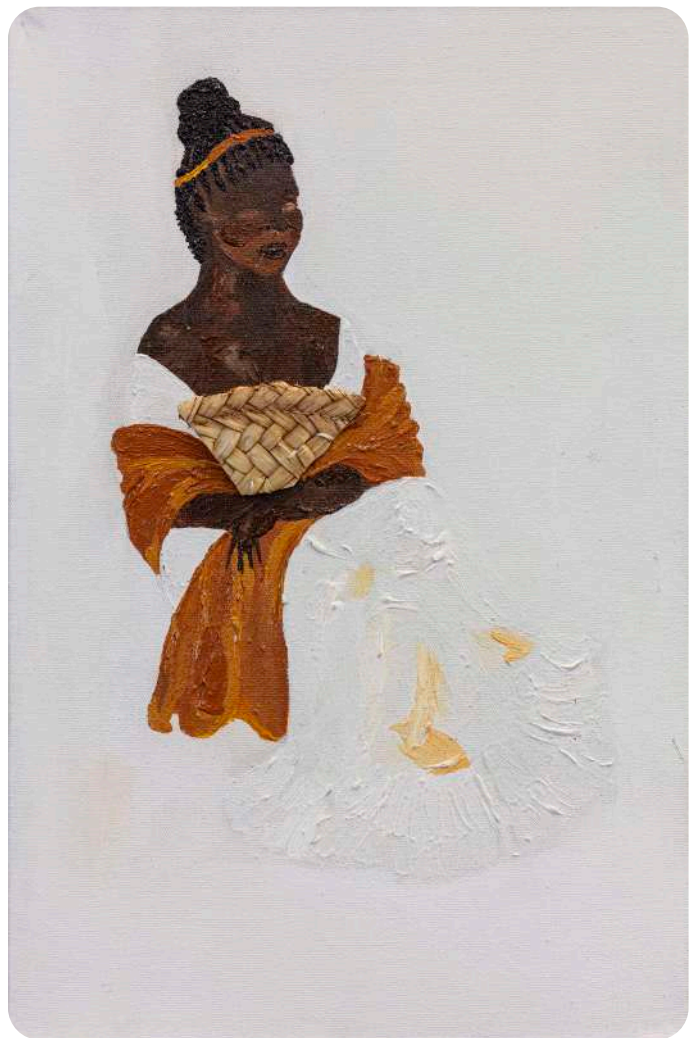
(Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil, 1994)

Pintura / acrílica, grafite e pastel seco sobre tela

82 x 70,5 x 5,2 cm

Sabina das Laranjas (séc. XIX), Rio de Janeiro

A quitandeira Sabina na Cruz ou Sabina das Laranjas virou símbolo de uma manifestação popular ocorrida em julho de 1889, em meio aos debates políticos que marcavam a Abolição, as críticas a monarquia e a propaganda republicana. Uma passeata seria organizada nas ruas do centro, com estudantes e populares insatisfeitos com a intolerância e truculência policial contra Sabina, uma quitandeira que vendia laranjas na porta da faculdade de medicina, na Rua da Misericórdia. Sabina era conhecida e querida dos alunos e médicos que ali passavam diariamente. A decisão de fechar o tabuleiro da quitandeira fazia parte de um processo de conter “classes perigosas”, controlar um tipo de comércio que ganhava autonomia, e cercear práticas sociais da população negra urbana.



8.

Iaiá de Ouro

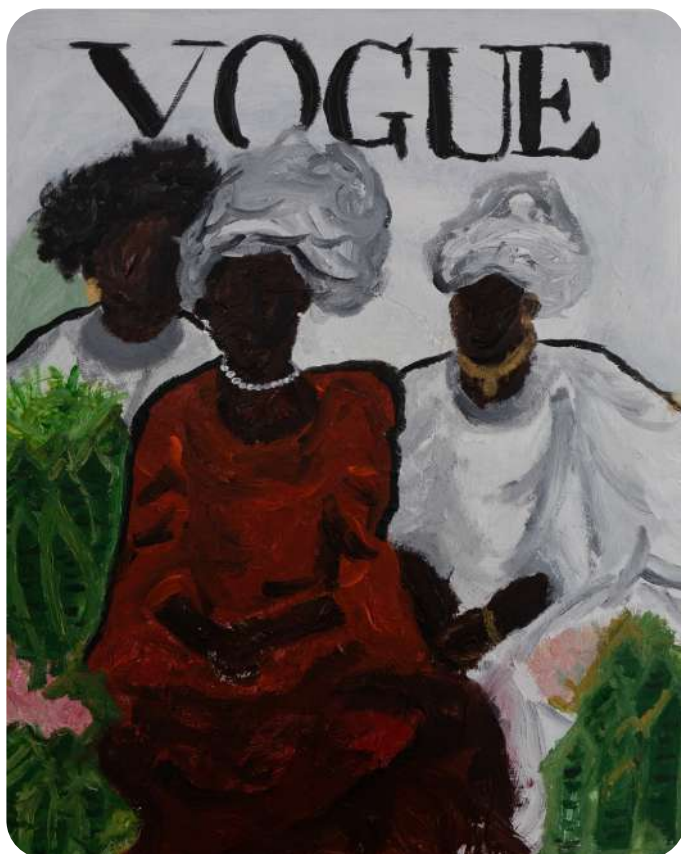
Hariel Revignet

(Goiânia, Goiás, Brasil, 1995)

Pintura / acrílica, costura sisal e palha sobre tela

29,5 x 20 x 1,2 cm

Iaiá de Ouro foi um dos apelidos de Feliciania Maria Olímpia, mulher negra livre que tinha muito prestígio em Recife na segunda metade do século XIX. Acusada de se prostituir e apelidada de “afamada bruxa do Largo do Forte das Cinco Pontas”, Feliciania foi importante na conexão das experiências religiosas das comunidades negras urbanas de Pernambuco, especialmente envolvendo catimbós e xangôs. Moradora no Largo do Forte das Cinco Pontas Feliciania ela será também acusada de enriquecimento indevido, através das práticas de curandeirismo. Chamada pelos jornais de “célebre feiticeira Yaya” Feliciania, apesar da intolerância, exerceu grande poder por meio da religião, atraindo escravizados, livres, homens, mulheres, pobres e quem sabe pessoas da elite, que procuravam a cura de seus males.



9.
Catarina, Josefa e Vitória
Elian Almeida

(Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil, 1994)
Pintura / acrílica, grafite e pastel seco sobre tela
76,7 x 62,8 x 5,2

Catarina, Josefa e Vitória foram mulheres africanas que conectaram a sociedade escravista nas partes mais extremas do Brasil Meridional. Compuseram os contingentes de população escravizada em Viamão e outras áreas do Rio Grande do Sul, desde meados do século XVIII. Catarina, Josefa e Vitória acabaram sendo fundamentais na montagem de uma rede de parentesco e de compadrio ampliando os laços de família. Elas vão aparecer batizando filhos naturais e legítimos e também como madrinhas de inúmeros outros batizados.



10.
Rosa do O'Freire
Moisés Patrício
(São Paulo, Brasil, 1984)
Pintura / acrílica sobre tela
82,6 x 53 x 5 cm

Rosa do O'Freire foi escravizada e vendida, partindo da chamada "Costa da África" e desembarcando em Salvador "em tenra idade" talvez no primeiro quartel do século XIX. Ao que se sabe, Rosa virou vendedora, atuando no comércio urbano. Com o tempo, comprou não só a própria liberdade como alguns escravizados, que logo pôs para trabalhar e dos quais recebia uma diária. Por meio de seu testamento de 1863, ficamos sabendo que Rosa possuía além de propriedades, nove cativos e concedeu liberdade a duas escravizadas africanas, sob a condição de que pagassem o valor necessário ao testamenteiro, ao enterro e ao espólio dela. Ao legar tanto liberdade como propriedades às suas "crias", Rosa representa um exemplo recorrente entre muitas africanas ocidentais escravizadas no Brasil, que atuaram no comércio urbano, conquistaram alforria, nunca se casaram e tampouco tiveram filhos. Ao mesmo tempo criaram redes de parentesco, proteção e apoio em suas comunidades, estabelecendo linhagens inventadas e criando organizações familiares.



11.

Rosa, Ignez e Francisca

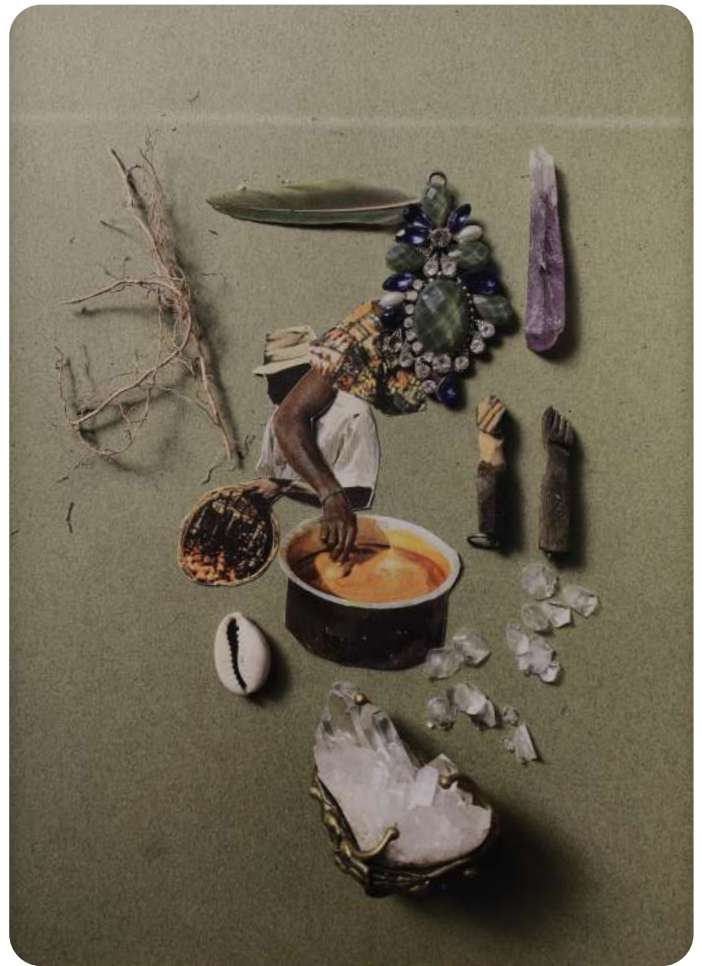
Nathália Ferreira

(Jaboatão dos Gararapes, Pernambuco, Brasil, 1994)

Pintura / óleo e tinta spray sobre papel

24,9 x 39,9 cm

Rosa, Ignez de Faria e Francisca foram mulheres negras libertas reprimidas pela Inquisição em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Suas trajetórias aparecem nos *Livros das Devassas da Visita Inquisitorial*. Elas e seus companheiros – homens negros libertos e livres – eram acusados de concubinato. Falavam que viviam “amancebados” ou em “notório escândalo”.



12.

Emília

Kerolayne Kemblim

(Manaus, Amazonas, Brasil, 1994 ou 1995)

Fotografia digital / impressão digital
sobre papel fotográfico

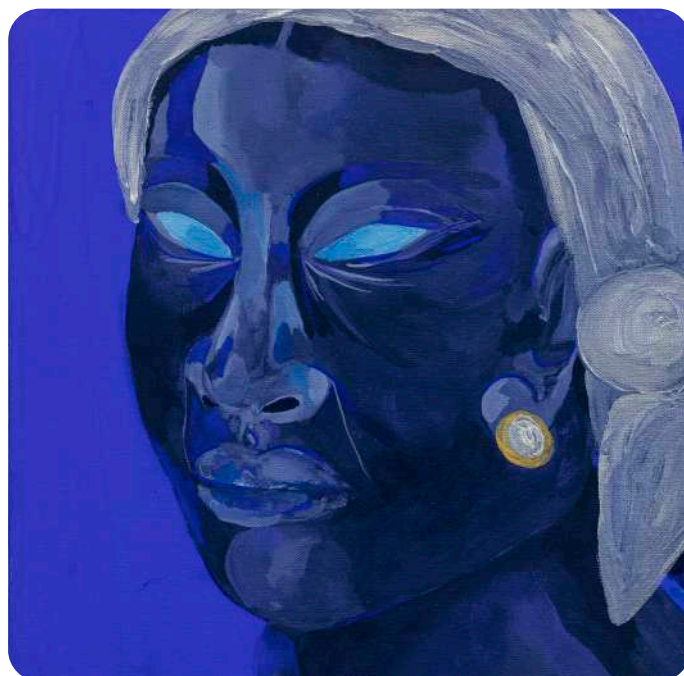
86,5 x 62 x 3,8 cm

A africana Emília do Patrocínio ganhou destaque na cidade do Rio de Janeiro como uma empreendedora no comércio de alimentos. Africana Ocidental desembarcou escravizada por volta da década de 1820. Em 1839, adquiriu a liberdade, comprando a sua alforria. Emília fazia parte de uma “elite” de africanos em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, que, a partir do século XVIII, conquistaram sua alforria, depois compraram cativos e prosperaram economicamente. Em 1840, Emília se casou com o africano liberto Bernardo José Soares. Bernardo negociava aves e verduras no mercado da Candelária, sendo dono de barracas. No início da década de 1850, já viúva, Emília aparece com destaque na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, e depois como “juíza de devoção” de Nossa Senhora dos Remédios. Casando novamente em 1851, Emília começa a se destacar como uma africana comerciante, atuando no mercado da Candelária e possuindo vários escravizados. Até a década de 1880, Emília e outros africanos vão aparecer como comerciantes prósperos no mercado varejista, com muitas bancas de quitandas, imóveis, joias e vários escravizados. Entre 1850 e 1870, ela aparece alforriando pelo menos dez escravizados.



13.
Narcisa Ribeiro
Rodrigo Bueno
(Campinas, São Paulo, Brasil, 1967)
Pintura / óleo sobre madeira de jacarandá
67,3 x 60,5 x 8,5 cm

Narcisa Ribeiro conheceu de perto o apogeu do ouro e da intolerância de Minas Gerais colonial. Ela viveu em Vila Rica de Ouro Preto, pertencia ao sacristão Diogo Pereira e ganhou fama no local por andar pela cidade “bem tratada com saias de camelão e chinelas, como se fosse senhora”. Narcisa foi submetida, entre 1748 e 1749, a uma devassa pública por conta de suas “atitudes escandalosas”; termo referente às roupas luxuosas que usava. Ela era condenada, também por não “ouvir missas”, ficar “rindo e folgando”. Não sabemos se Narcisa Ribeiro foi punida, tampouco conhecemos a data de sua morte. Mas o certo é que ela incomodou a sociedade colonial com sua liberdade.



14.
Benção (Benta Maria da Conceição Torres)
Igi Ayedun
(São Paulo, São Paulo, Brasil, 1990)
Pintura / acrílica, guache, indigo e lápis lazuli sobre tela
24,7 x 25 x 3,8 cm

Benta Maria da Conceição Torres, a Mãe Benta, foi uma das simpáticas figuras que ganharam o espaço das ruas cariocas no início do século XIX. Negra, como boa parte da população que circulava pelas calçadas do Rio de Janeiro Oitocentista, ela vendia doces expostos num tabuleiro que trazia na cabeça ou que pousava em seu colo. Conta a história que ela teria criado um tipo especial de bolinhos, feitos na base de ovos e (muito) açúcar. Benta era mãe biológica do cônego Geraldo Leite Bastos, cuja educação foi propiciada pelas vendas da doceira, e cuja carreira o levou a trabalhar como oficial maior da secretaria do Senado. Benta Maria em 1851. Já sua famosa receita de bolinhos ficou sob a guarda das religiosas do Convento da Ajuda, no Rio de Janeiro, as quais a mantiveram em sigilo.



15.

A Camélia de Benedicta/ Ovídia

Juliana dos Santos

(São Paulo, Brasil, 1987)

Fotografia / impressão digital e tinta sobre papel

42 x 29,5 cm

Benedicta Maria Albina da Ilha

Não foram poucas as escravizadas que escapavam e tentavam mudar de nome para viver períodos em liberdade, se passando por libertas, livres ou escravizada de diferentes proprietários. Assim aconteceu com Benedicta Maria Albina da Ilha que circulou pela corte do Rio de Janeiro e por várias localidades cafeeiras do Vale do Paraíba, fluminense e paulista. Sempre vendendo-se como alugada, escravizada ou forra, ela mudava o nome. Por vezes se apresentava como Benedicta, uma mulher livre, por vezes como Ovídia, uma escravizada.

Artes e ofícios

Não foram poucas as personagens negras que chegaram com uma especialização, habilidades, técnicas e ofícios ou que, por aqui, aprenderam alguma atividade. Eles e elas destacaram-se como profissionais liberais, atuaram como professores, palhaços, cantores, esportistas, advogados, médicos, músicos, cientistas, militares, arquitetos, pintores e escultores. Nessa que foi a maior diáspora da modernidade, distinguiram-se intelectuais, ativistas, pensadores, artesãos, que formaram “Brasis” em meio a uma verdadeira Babel de legados, por si só responsáveis por atestar a riqueza e a variedade de experiências afro-brasileiras.



1.
Retrato do Emiliano Felipe Benício Mundrucu
Moisés Patrício
(São Paulo, Brasil, 1984)
Pintura / acrílica sobre tela
82,5 x 52,8 x 4,5 cm

Nascido em Pernambuco no fim do século XVIII, Emiliano Felipe Benício — conhecido como Mundrucu — foi um militar e político negro. Ele recebeu educação e instrução militar, serviu no Batalhão dos Pardos em Recife e participou da revolução de 1817. Em 1824, na Confederação do Equador, se destacou como comandante do Batalhão dos Bravos da Pátria, composto somente por homens pardos. Preso e condenado à morte, foge para Boston e passa um período no Haiti. Posteriormente viajou para Grã-Colômbia, sendo aceito pelas tropas republicanas em Caracas. Retornaria a Pernambuco em 1837, permanecendo até a década de 1840 muito estigmatizado e chamado de “haitianista”, diante de medos e rumores da mobilização negra.



2.
Tito Soares
Rodrigo Bueno
(Campinas, São Paulo, Brasil, 1967)
Pintura / óleo sobre madeira de jacarandá
84,5 x 63,5 x 12 cm

Africano que nasceu por volta de 1818, Tito Soares foi escravizado e traficado dos sertões da África Central para o Brasil com cerca de nove anos. Ele é batizado com o nome cristão de Tito, sendo vendido para um poderoso fazendeiro da Vila de São Carlos, atual Campinas, São Paulo, em 1829. Atuando como barbeiro ganha notoriedade e muito prestígio na “arte de curar”, ainda mais durante a epidemia de varíola. Em 1865, Tito conquista a sua alforria assim como a de sua família. Passa a ser chamado de Tito de Camargo Andrade, ficando conhecido como Mestre Tito. Em Campinas, Tito vai se tornar numa importante liderança da Irmandade de São Benedito, ajudando a erigir a Igreja atual, devota de São Benedito, inaugurada em 1885. Existe hoje uma rua chamada “Mestre Tito”, próximo do bairro Vila Industrial, em Campinas.



3.

Rita Maria

Rodrigo Bueno

(Campinas, São Paulo, Brasil, 1967)

Pintura / óleo sobre madeira de jacarandá

68 x 55 x 7 cm

Descendente de pais libertos, Rita Maria vivia em Florianópolis. Era uma senhora negra, de pequena estatura, que residia rente à praia e que era muito procurada por suas rezas, chás e benzeduras. Era também famosa sua aptidão culinária, com a qual se sustentava, fornecendo pratos feitos aos marítimos dos pontos mais distantes da ilha, que, trazendo botes, baleeiras e canoas repletas de mercadorias e pescados diversos, vinham comerciar na cidade. Contava-se também que Rita Maria era proprietária de uma “casa de tolerância”, onde os marinheiros e pescadores buscavam o aconchego feminino. Rita Maria virou figura lendária. Hoje é nome de bairro e em 1982 seu nome foi concedido ao Terminal Rodoviário. Naquela mesma data, foram erigidos dois monumentos: um, em ferro sucata, estilizando a figura de Rita Maria, e outro, em concreto armado, simbolizando sua mão espalmada. Rita Maria teria falecido na década de 1920.



4.

Antônio Teles

Michel Cena 7

(São Paulo, Brasil, 1985)

Pintura / acrílica e tinta spray sobre tela

80 x 50 x 3,8 cm

O escravizado Antônio Telles executou projetos de arte sacra, entre pinturas, esculturas e desenhos em igrejas do Rio de Janeiro e Olinda. Ele, Miguel do Loreto, José Bento entre outros foram artistas negros, cativos da Ordem de São Bento, que atuaram na ornamentação das Igrejas com desenhos e pinturas sobre tela e madeira. Entre as décadas de 1720 a 1780 o conhecido como Mestre Antônio Telles teve suas obras registradas nos Mosteiros de São Bento, do Rio de Janeiro e de Olinda.



5,6.

Benjamin Oliveira vestido de palhaço e Retrato Andressa Monique

(Salvador, Bahia, Brasil, 1994)

Pintura / acrílica e spray sobre papel

32 x 24 cm

Benjamin de Oliveira (c. 1870-1954) foi um múltiplo artista, se destacando dramaturgia e da cultura circense. Ele nasceu em Minas Gerais em 1870, sendo filho de uma mulher escravizada. Na infância trabalhou ajudando tropeiros, fazendo viagens pelo interior de Minas. Foi assim e trabalhando como vendedor de bolos que conheceu e teve contatos com circos. Numa ocasião resolveu fugir e acompanhar o circo Sotero, aprendendo com o mestre Severino de Oliveira as primeiras lições circenses. Nas primeiras décadas do século XX vai começar a se destacar no papel artístico de palhaço e atuar espetáculos teatrais, em dramas, comédias e operetas. Consta que Benjamin costumava a pintar o rosto de branco, numa maquiagem ironizando o racismo. Além de palhaço circense tem uma trajetória artística como ator, instrumentista e diretor de espetáculos teatrais, compondo músicas, operetas e adaptando dramas. Morreu em 1954, aos 84 anos.



7.

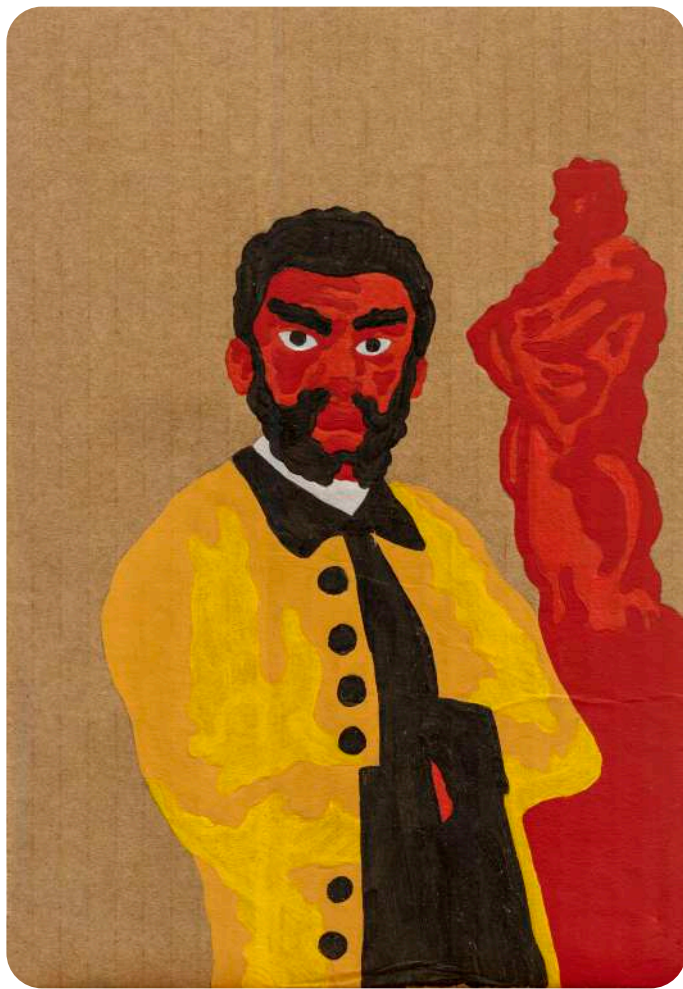
Antônio Dutra

Igi Ayedun

(São Paulo, Brasil, 1990)

Pintura / acrílica, guache, índigo e lápis lazuli sobre tela
25,1 x 25x 3,7 cm

O africano central Antônio Dutra conheceu a escravidão, a música, a liberdade e alguma prosperidade. Nascido “no Reino do Congo” e batizado na freguesia Nossa Senhora dos Remédios, em Luanda, ele chegou bem jovem ao Rio de Janeiro no alvorecer do século XIX. Atuando como barbeiro sangrador conseguiu amearhar recursos para comprar sua alforria. Quando morreu em 1849 já aparecia como pessoa de posses e membro das irmandades de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos a Ordem dos Terceiros de São Domingos. Seus bens somavam mais de 15 contos, morando numa casa confortável e ricamente “mobiliada com sofás, marquesas, mesas e cadeiras”, além de comer “com talheres de prata” e também possuir cativos. A prosperidade de Dutra cresceu tanto por sua ocupação de barbeiro como de músico e líder de uma orquestra de barbeiros, composta por africanos, escravizados, libertos e nascidos no Brasil. No inventário de seus bens foram registados bumbos, tambores, pratos e mais instrumentos de sopro como clarinetas, pistões e trompetes.



8.

Aleijadinho

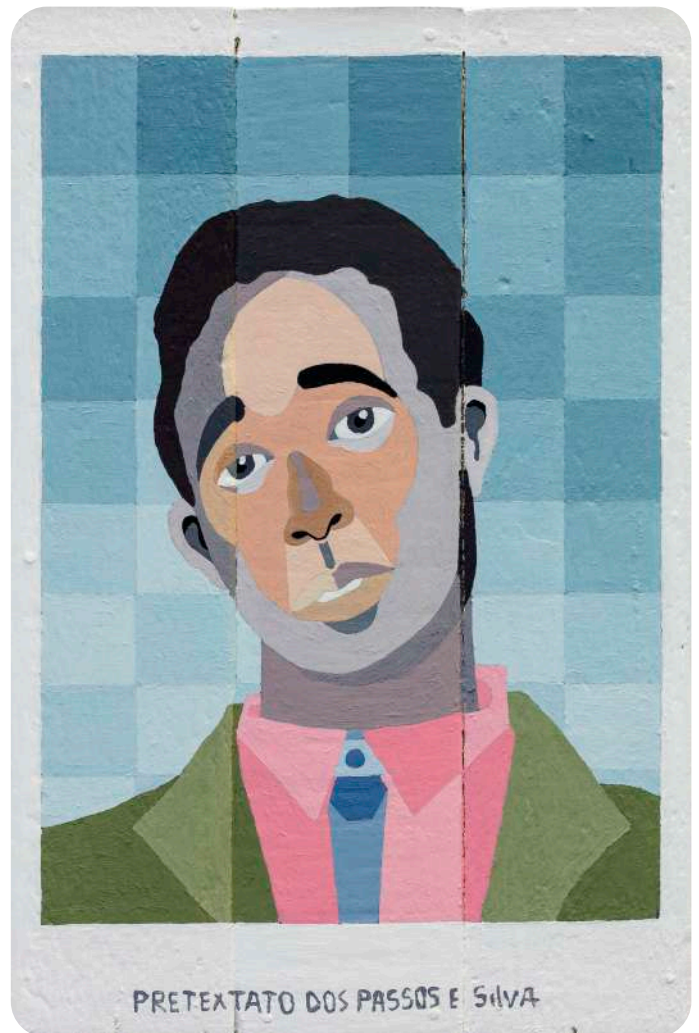
Mulambô

(Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil, 1995)

Pintura / acrílica sobre papelão

28,2 x 19,5 x 0,2 cm

Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, nasceu em Cachoeira do Campo, distrito de Vila Rica, hoje Ouro Preto, Minas Gerais, em 1730. Ao que se sabe, ele era “filho natural” de um mestre de obras português, Manuel Francisco Lisboa, que foi um dos primeiros arquitetos atuando em Minas. Sua mãe era uma escravizada — não se sabe ao certo se africana ou crioula (como eram chamados os já nascidos no Brasil) — e se chamava Isabel. Testemunhas de época o definiram como pardo, de pele escura, com uma voz forte e baixa estatura. Quando estava com cerca de quarenta anos, o artista desenvolveu uma doença degenerativa nas articulações. O apelido veio dessa enfermidade, que o deformou aos poucos e cuja exata natureza continua sendo controversa. Mesmo com limitações físicas são de sua autoria a igreja de São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (ambas localizadas em Ouro Preto). Em 1779 executou encomendas em Sabará relativas à ornamentação interna e externa da igreja da Ordem Terceira do Carmo. Durante mais de vinte anos, Aleijadinho foi requisitado por diversas vilas coloniais das Gerais. Entre 1800 e 1805, realizou conjuntos de esculturas, os Passos da Paixão e os Doze Profetas, da igreja de Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas do Campo. Apesar do sucesso alcançado ainda em vida, o artista morreu pobre, doente e abandonado, provavelmente em 1814.



9.

Pretextato dos Passos e Silva

Desali

(Contagem, Minas Gerais, Brasil, 1983)

Pintura / acrílica sobre madeira

31 x 20,5 x 3,5 cm

O conhecido Professor Pretextato fundou uma escola de primeiras letras, entre 1855 e 1856, na Corte do Rio de Janeiro. Na sua solicitação pedia a abertura “em sua casa de uma pequena escola de instrução primária, admitindo seus filhos da cor preta e parda”, a ser instalada na Rua da Alfândega 313 — freguesia de Santíssimo Sacramento. Argumentava que “os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombreiem com os de cor preta” e “os professores repugnam admitir os meninos pretos, e alguns destes que admitem, na aula não são bem acolhidos”. A escola de Pretextato funcionou até 1873, tendo ele falecido em 1886.



10.
Joaquim Pinto de Oliveira
Desali
(Contagem, Minas Gerais, Brasil, 1983)
Pintura / acrílica sobre madeira
31,3 x 20,7 x 3,4 cm

Joaquim Pinto de Oliveira, conhecido como Tebas, foi um importante arquiteto do século XVIII. Existem duas explicações para seu apelido: uma em referência à engenhosidade do Édipo grego, rei de Tebas, e outra a uma palavra do quimbundo, usada para definir alguém com grande habilidade. Pouco se sabe da infância de Joaquim, além do fato de ter nascido em 1721, em Santos, São Paulo. Foi escravizado do português Bento de Oliveira Lima, mestre de obras da região. Diante da falta de oportunidades em Santos, seu senhor achou por bem subir a serra; Tebas passou a fazer parte da história da capital paulista. Com a morte de Bento, permaneceu escravizado, sob as ordens da viúva, Antônia Maria Pinta, desfrutando, porém, de uma situação favorável ao exercício de sua profissão. São dele a ornamentação das fachadas das igrejas do mosteiro de São Bento (1766), da Ordem Terceira do Carmo (1777) e da Ordem Terceira do Seráfico São Francisco (1783). Ele construiu o chafariz em frente à igreja da Misericórdia, que, talhado em pedra de cantaria e com quatro torneiras, foi o primeiro sistema público de abastecimento de água da cidade. Ergueu a torre da igreja matriz da Sé (1750), e fez sua reforma, 28 anos depois, quando finalmente conseguiu conquistar sua alforria. Ele tinha 57 anos.



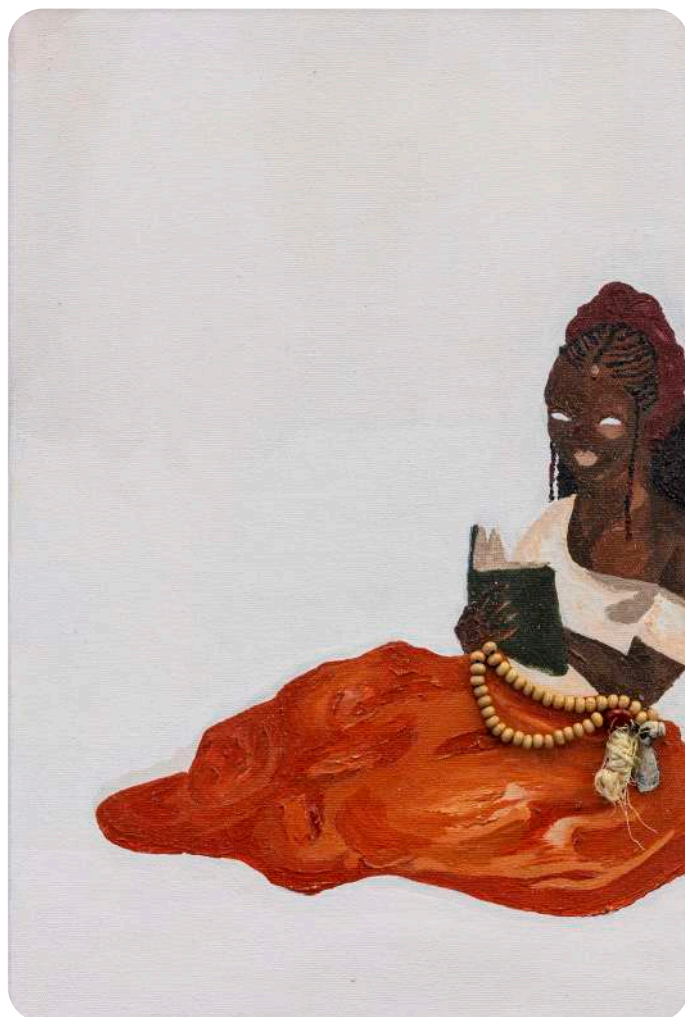
11.
Inácio da Catingueira
Desali
(Contagem, Minas Gerais, Brasil, 1983)
Pintura / acrílica sobre madeira
30,5 x 21,5 x 3,5 cm

Inácio da Catingueira foi um repentista no Brasil escravista. Ele nasceu escravizado em 1845 na povoação de Catingueira, sertão da Paraíba. Trabalhou como peão na criação de bois, cavalos e cabras. Considerado herói em relatos de pelejas imortalizadas no imaginário sertanejo, virou uma lenda. Até o século XX, continuaria lembrado nos versos de cordel por ter vencido uma disputa de repentista contra um homem livre, ocorrida em Patos na Paraíba, e que durou oito dias.



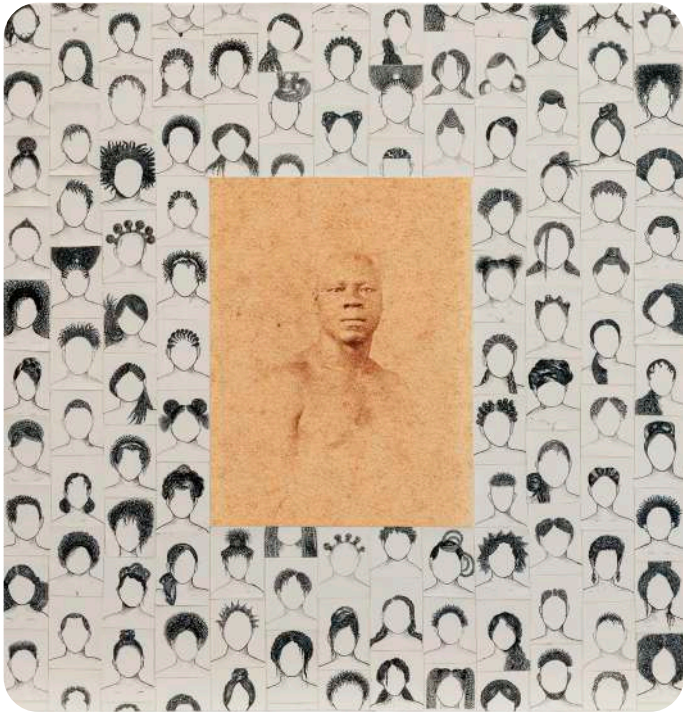
12.
Félix José Rodrigues
Hariel Revignet
(Goiânia, Goiás, Brasil, 1995)
Pintura / acrílica, costura sisal e palha sobre tela
30,2 x 20,1 x 1,4 cm

Félix José Rodrigues foi um quilombola que participou da Guerra do Paraguai. Conhecido fugitivo, se apresentou ao senhor, temendo que seu filho Simeão pudesse ser obrigado a servir no exército brasileiro. Na guerra ganha alforria e prestígio como bravo combatente. Como prêmio, ele e outros combatentes recebem lotes de terra, a partir de 1871. Muitos povoados negros foram instalados, destacando-se no interior de Tocantins a comunidade de Barra da Aroeira, sendo Félix um dos seus fundadores. Em 2006, a Fundação Cultural Palmares reconheceu a comunidade de Barra da Aroeira como comunidade remanescente de quilombos.



13.
Adelina
Hariel Revignet
(Goiânia, Goiás, Brasil, 1995)
Pintura / acrílica, concha, costura sisal e semente de pau brasil sobre tela
29,7 x 19,5 x 1,5 cm

Adelina nasceu no Maranhão, no século XIX. Era escravizada, assim como sua mãe, conhecida como “Boca da Noite”. Dizem que seu pai era pessoa de posses, senhor de escravos, e prometeu à filha que a libertaria quando fizesse 17 anos. A promessa não foi cumprida e Adelina permaneceu como escravizada doméstica. Criada na Casa Grande, ela estudou por conta própria, e aprendeu a ler e escrever. Com o empobrecimento, o pai de Adelina passou a se dedicar ao fabrico de charutos, sendo Adelina encarregada das vendas. Duas vezes ao dia, ela ia ao centro de São Luís e oferecia os produtos expostos em um tabuleiro. Os alunos do Liceu eram seus clientes no Largo do Carmo, local onde teve oportunidade de participar de comícios e manifestações abolicionistas promovidos pelos estudantes. Entre lendas e memórias consta que o conhecimento de Adelina sobre as ruas da cidade, seu trânsito por entre elas e sua rede de relações se transformaram em trunfos quando ela aderiu diretamente na luta. Ela antecipava ações da polícia, articulava fugas de escravizados e contribuía na manutenção dos povoados quilombolas.



14.
Roque José Florêncio e Filhos do Apagamento
Nádya Taquary

(Salvador, Bahia, Brasil, 1967)
Desenho / impressão digital e recortes em nanquim
sobre papel colados sobre papel
39,4 x 38,5 cm

São várias as histórias que cercam Roque José Florêncio, o Pata Seca. Ele teria sido um “escravo reprodutor” com mais de duzentos filhos. Roque foi comprado em Sorocaba e vendido para o visconde de Cunha Bueno que foi quem lhe deu o nome e o apelido. Segundo relatos orais, era um escravizado “forte e alto” (média 2,18 m) e “bom e obediente”. Roque teria vivido 130 anos. A trajetória de Pata Seca é ainda eloquente nas lembranças dos moradores de Santa Eudóxia. As informações sobre sua biografia permanecem, porém, escassas e inconsistentes. Ele virou lenda.



15.
Ambrosina
Renata Felinto

(São Paulo, Brasil, 1978)
Desenho / adesivo, aquarela, grafite, nanquim, e flores
e folhas secas coladas sobre papel
40,5 x 34,7 cm

Nascida no Brasil, Ambrosina foi uma ama-de-leite. Em Taubaté, São Paulo, em fins do século XIX, seria acusado de assassinato de Benedito, filho dos patrões, pois teria ignorado os choros repetidos dele, preferindo amamentar o seu próprio rebento, também de nome Benedito. Ambrosina se defendeu, alegando que o ocorrido fora uma tragédia e que as acusações eram também fruto de feitiçarias feitas contra ela por parte de outras escravizadas.



16.
Retrato de Jandyra Aymoré

Oga Mendonça
(São Paulo, Brasil)

Pintura digital / impressão digital sobre papel
80 x 50 cm

Nascida em 1899 no Pará, Albertina Nunes Pereira (Jandyra Aymoré) foi uma artista de muito sucesso na cena artística carioca nas primeiras décadas do século XX. Vamos encontrar registros dela como cantora de destaque da Companhia Negra de Revistas, a primeira empresa teatral do Brasil composta inteiramente de negros. Ela já atuava com o nome artístico de Jandyra Aymoré. Foi neste contexto que conheceu, numa noite de julho de 1926, Pixinguinha com quem se casou, tendo em seguida abandonado carreira artística. Albertina, Jandyra ou simplesmente Beti, morreu em junho de 1972.

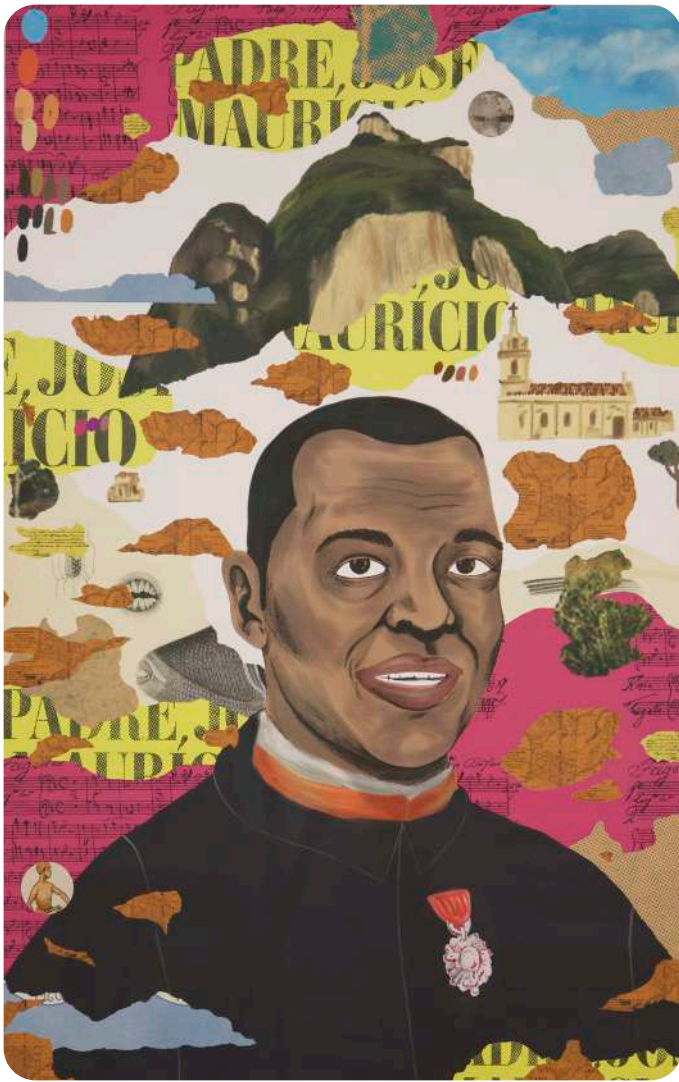


17.
Retrato de Mestre Valentim

Oga Mendonça
(São Paulo, Brasil)

Pintura digital / impressão digital sobre papel
80 x 50 cm

Valentim da Fonseca e Silva (Mestre Valentim), nasceu na freguesia de Santo Antônio do arraial de Gouveia, na comarca do Serro Frio, em Minas Gerais, por volta de 1745. Era filho de Manuel da Fonseca e Silva, um fidalgo português que atuava como contratador de diamantes no Distrito Diamantino, e de uma escravizada já nascida no Brasil, Joana. No ano de 1756 foi levado à Europa pelo pai. Com o falecimento deste, voltou para o Brasil, entre 1765 e 1766, ao lado da mãe. Foi no Rio que se tornou artista célebre, com oficina própria. Valentim tem sua autoria reconhecida em obras fundamentais do barroco tardio brasileiro do Oitocentos. Destacam-se o altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, além do retábulo, da urna, da banquetta e do andor; as obras na capela-mor, na capela do noviciado e no altar de Nossa Senhora das Dores da igreja da Ordem Terceira do Carmo. Na igreja de São Francisco de Paula, no largo de São Francisco, trabalhou na capela-mor, no altar-mor e na capela de Nossa Senhora das Vitórias. Já na igreja da Santa Cruz dos Militares, desenhou e executou a talha, esculpiu a capela-mor, o arco cruzeiro e parte da nave. Decorou ainda a capela-mor da igreja da Candelária e reconstruiu, em 1789, o recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Na capela do Noviciado da Ordem, cuja decoração foi executada entre 1773 e 1780, Valentim apresenta sua obra mais representativa. Mestre Valentim foi designado para projetar obras urbanas, como chafarizes, entre eles o do Carmo (conhecido como Chafariz de Mestre Valentim ou Chafariz da Pirâmide), das Marrecas e o Passeio Público, inaugurado no Rio de Janeiro em 1783. Mestre Valentim pertenceu à Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Faleceu provavelmente no dia 1o de março de 1813, aos 68 anos.



18.
Retrato de Padre José Maurício Oga Mendonça
 (São Paulo, Brasil)
 Pintura digital / impressão digital sobre papel
 80 x 50 cm

José Maurício Nunes Garcia nasceu no Rio de Janeiro, em 1767. Seus pais eram mestiços: Apolinário Nunes Garcia, um alfaiate, e Vitória Maria da Cruz, filha de escravizados. Teve uma infância pobre e ficou órfão de pai aos seis anos. Autodidata, não demorou a aprender a tocar diversos instrumentos. José Maurício entrou para a ordem dos jesuítas. Aos dezasseis anos, compôs sua primeira obra: uma antífona para a catedral da Sé do Rio, Totapulchraes, Maria (1783). Em 1792, foi ordenado padre, e em 1798 tornou-se mestre de capela da antiga catedral da Sé do Rio. O período entre 1808 e 1811 foi o mais produtivo para ele, que escreveu cerca de setenta obras. Criou uma variedade significativa de te-déuns, modinhas, antífonas, responsórios, peças teatrais, sonatas e hinos. A partir de 1808, com a instalação da Corte de d. João no Rio, José Maurício foi apresentado ao príncipe, que o nomeou mestre da Capela Real. O padre o continuou a receber pensão, que só foi suspensa em 1822. Antes disso, em 1820, com a volta da Corte para Portugal, suas atividades musicais ressentiram-se. Ele fundou, então, na rua das Marrecas, um curso de música que funcionou durante 28 anos. No ano de 1826, José Maurício compôs uma de suas últimas peças, intitulada Missa de Santa Cecília. A essa altura estava empobrecido, e acabou falecendo em 1830.

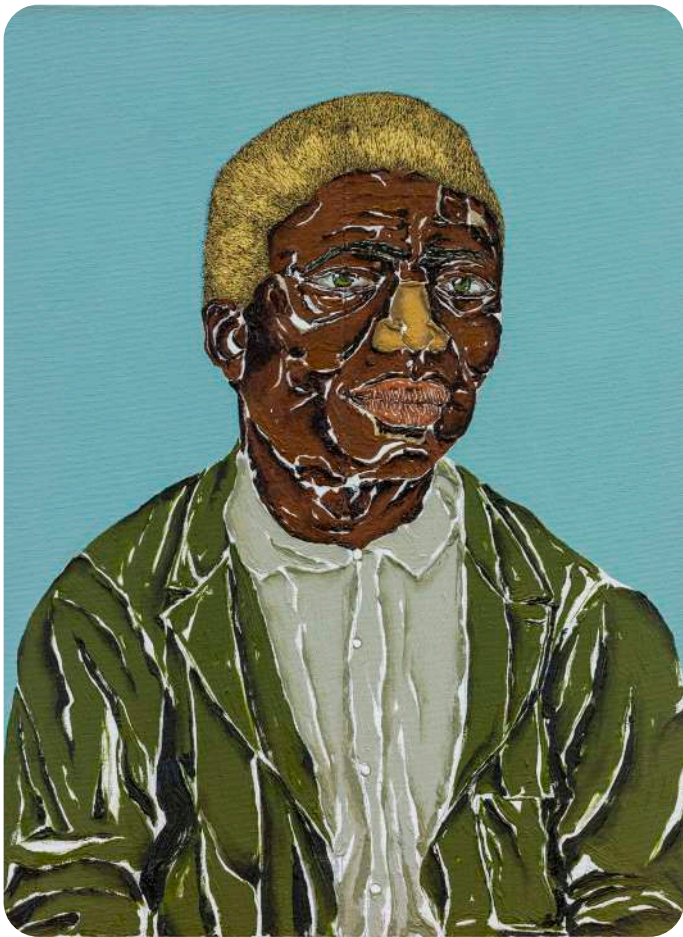


19.
Raimundo Nina Rodrigues
Elian Almeida
 (Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil, 1994)
 Pintura / acrílica, grafite e pastel seco sobre tela
 89 x 79,1 x 5 cm

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande (MA), em 1862. Iniciou seus estudos em São Luís do Maranhão e, em 1882, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1888. Clinicou algum tempo em São Luís e, em 1889, tornou-se professor da cadeira de clínica médica na Faculdade de Medicina da Bahia. Com projeção nacional e internacional, foi defensor do determinismo racial que supunha a existência de diferença ontológicas entre as raças. Propôs a reformulação no conceito de responsabilidade penal, e a assistência médico-legal para doentes mentais. Nesses trabalhos foi fortemente influenciado pelas teorias da antropologia criminal. Escreveu vários textos em que defendeu a “degeneração racial dos mestiços”, mas foi também autor de *Africanos no Brasil*, obra publicada postumamente em que estudou, de forma pioneira, as várias nações africanas, a partir da observação dos candomblés da Bahia. Faleceu em Paris em julho de 1906.

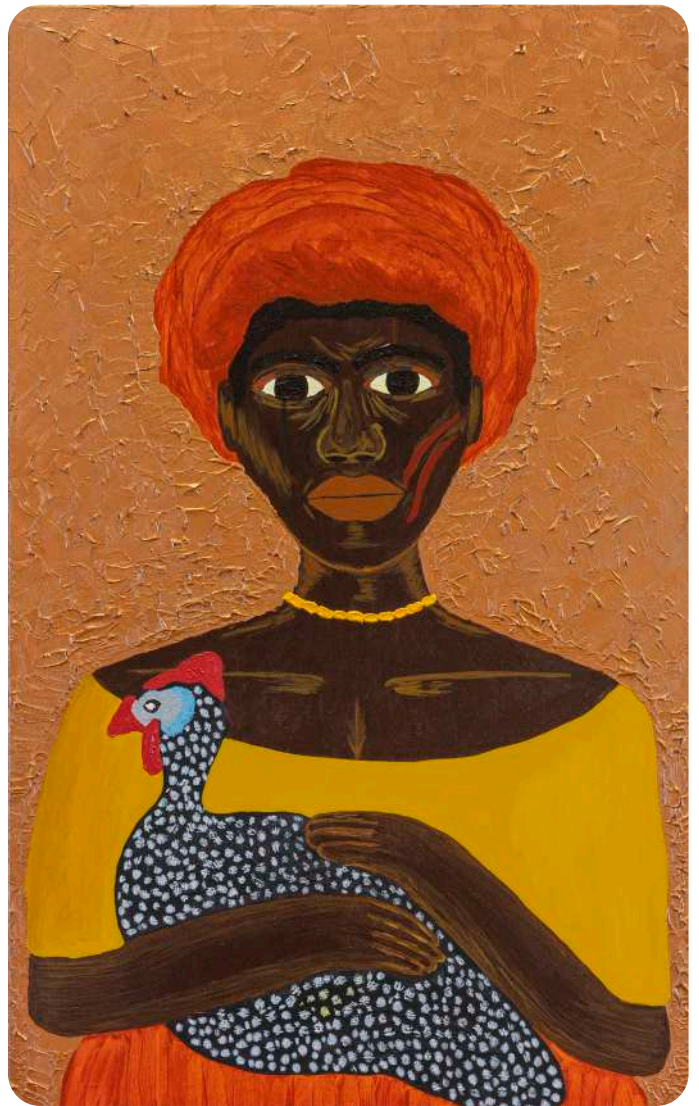
Rebeldes

Na história colonial do Brasil, não foram poucas as pessoas negras que lutaram por seus direitos à liberdade, e de formas variadas: sabotaram o trabalho forçado, fugiram, abortaram, envenenaram seus senhores, enganaram os feitores, assassinaram seus patrões, organizaram insurreições, lideraram e tomaram parte de quilombos, negociaram condições de emprego e de vida, viajaram pelo atlântico trazendo e levando notícias de revoltas. Se amotinaram, de uma forma geral. Diferente das versões oficiais ou negacionistas, que apresentam a história brasileira como passiva e ordenada, escravizadas e escravizados rebelaram-se contra a ordem vigente, mães desafiaram seus amos para se manterem ao lado dos filhos, poetas declamaram verdadeiros hinos de louvor à sua ancestralidade. Foram, pois, *rebeldes*, no sentido mais amplo do termo, uma vez que não aceitaram as condições a eles e elas duramente impostas.



1.
Daniel
Dalton Paula
(Brasília, Distrito Federal, Brasil, 1982)
Pintura / óleo e folha de ouro sobre tela
60,7 x 45 x 3 cm

Daniel Antônio Araújo foi líder de uma revolta quilombola no Maranhão Oitocentista. Ele tinha em torno de 30 anos quando fugiu da fazenda de Virgílio de Araújo, e instalou-se no mocambo São Benedito do Céu, localizado em Viana, no Maranhão. Em 1867, organizou a invasão à fazenda Santa Bárbara e depois à Vila Nova de Anadia, realizando saques e mobilizando fugas. A novidade desta insurreição comandada a partir dos mocambos foi uma carta, entregue em 10 de julho às autoridades policiais, onde anunciava-se: “nos achamos em campo a tratar da liberdade dos escravizados” (...) “o nosso desejo é por todos e não fazer mal a ninguém”, mas “não teremos remédio senão lançarmos mão nas armas”. Os mocambeiros tinham “mil armas de fogo” e contavam “com todos os arcos dos gentios”. O manifesto – assinado, dentre outros, por Daniel Antônio de Araújo – fora redigido sob ameaças pelo administrador da fazenda Santa Bárbara. A revolta teve imediata repressão, sendo condenados 31 escravizados e dois negros livres pelo “crime de insurreição”. Daniel foi sentenciado à prisão perpétua.



2.
Rainha Marta
Mariana Rodrigues
(Osasco, São Paulo, Brasil, 1995)
Pintura / acrílica e pastel oleoso sobre tela
79,5 x 49,5 x 3,3 cm

A Rainha Marta foi identificada como uma das líderes dos quilombos de Iguazu, localizados no Recôncavo da Guanabara. Às margens de rios e riachos, principalmente Iguazu e Sarapuí, se instalaram quilombos desde o começo do século XIX, permanecendo ativos até as vésperas da abolição em 1888. Em meados de julho os jornais noticiavam os resultados dos ataques feitos contra vários destes quilombos, quando teriam sido capturados mais de 20 habitantes, entre os quais Marta, “intitulada rainha do quilombo”. Além de cuidar das roças de mandioca, ela atuava como intermediária nas trocas mercantis entre os quilombolas e taberneiros locais. A Rainha Marta dos quilombos do Recôncavo da Guanabara deve ter agregado poder, liderança e prestígio a ponto de ser considerada a rainha do mocambo.



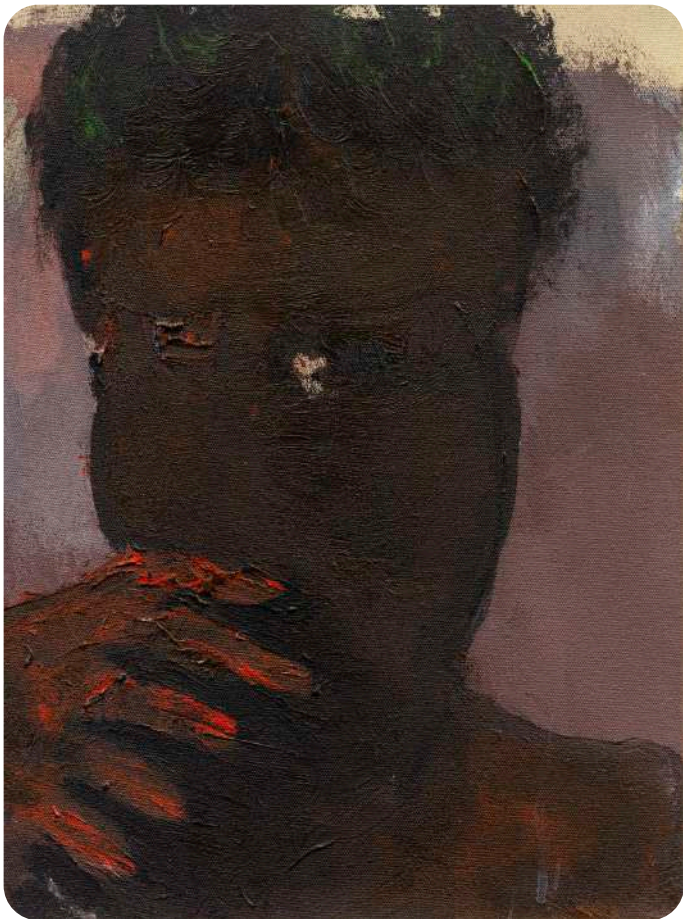
3.
Felipa Maria Aranha
Panmela Castro
(Rio de Janeiro, Brasil, 1981)
Pintura / óleo sobre tela
70 x 50,4 x 8 cm

Na segunda metade do século XVIII, Felipa Maria Aranha organizou um quilombo constituído por mais de trezentos escravizados fugidos, que se auto-sustentaram por muitos anos. Situado nas cabeceiras do igarapé Itapocu, um braço do rio Tocantins, onde agora existe o município de Cametá, no Pará, ficava o quilombo do Mola ou Itapocu. Felipa era proveniente da Costa da Mina e nasceu entre 1720 e 1730. Foi vendida como escravizada e levada para Belém, no Grão-Pará. Em seguida, trabalhou numa plantação de cana-de-açúcar em Cametá. Fugiu em 1750 junto com outros escravizados, e criou um quilombo, que chefiava com organização política, social e militar. Memórias e lendas afirmam que Felipa e seu legado de liderança ajudaram a estruturar a Confederação do Itapocu, entidade composta de vários quilombos (atualmente comunidades remanescentes do Mola, Laguinho, Tomásia, Boa Esperança e Porto Alegre). Felipa morreu em 1780, quando ainda estava na liderança da Confederação. Mas deu exemplo; dezenas de comunidades remanescentes de quilombos na região do Tocantins (atuais municípios de Cametá, Baião, Ourém, Mocajuba, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Moju e outros têm recebido reconhecimento da Fundação Palmares e do Incra.



4.
Lourença Correia
Panmela Castro
(Rio de Janeiro, Brasil, 1981)
Pintura / óleo sobre tela
70,2 x 50 8 cm

Lourença Correia da Lapa morava na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. Ela servia ao sargento-mor Antônio de Figueira e Almeida e era obrigada a se deitar com ele. Já a esposa de seu senhor, Isabel, costumava castigá-la, além de tentar convencer o marido a casar Lourença com um “negro da casa”. Em 1739 a escravizada uniu-se a Pedro Benguela, que também pertencia ao sargento. O proprietário continuou, porém, abusando dela e Isabel seviciando-a. Cansada, Lourença fugiu para São João de Meriti, onde se casou com Amara, um escravizado igualmente evadido. Em 1745 foi presa pelo Santo Ofício por acusação de bigamia. Defendeu-se argumentando que seu “matrimônio não era verdadeiro”, pois ela não “dormia” com o marido. Acabou condenada ao degredo em Angola, onde, ao que se sabe, morreu.



5.

Zumbi dos Palmares

Arjan Martins

(Rio de Janeiro, Brasil, 1960)

Pintura / acrílica sobre tela

40,5 x 30 x 2,8 cm

Zumbi foi o grande líder dos mocambos em Palmares no século XVII. Sua origem e trajetória ainda está envolta por narrativas historiográficas com poucos registros nas fontes históricas da época. Ao que parece, Zumbi nasceu em 1655 num dos quilombos localizados na Serra da Barriga – então capitania de Pernambuco, hoje estado do Alagoas. Ainda criança foi capturado e levado para a vila de Porto Calvo. Foi então batizado com o nome de Francisco e educado por um padre, recebendo lições de latim e português. No início da década de 1670, ele fugiu para os mocambos Palmares. Em 1674, já seria eleito “maioral”; ao derrotar uma expedição, virou “cabo maior”, e em 1677 era considerado “general das armas”. Zumbi foi executado em 20 de novembro de 1695.



6.

Mariana, rainha da insurreição de Paty de Alferes está presente como Áurea Carolina

Daniel Lima

(Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1973)

Desenho / tinta sobre papel vegetal

42 x 29,6 cm

A frase “morrer sim, entregar não” foi pronunciada por Mariana, uma das lideranças da insurreição de Paty do Alferes, coração cafeeiro do Rio de Janeiro. Considerada “rainha” do quilombo, sua atuação simboliza a importância das mulheres na organização e liderança dos protestos de escravizados. Na noite de 5 de novembro de 1838, centenas de escravizados pertencentes ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier abandonaram as senzalas da fazenda Freguesia e rumaram para a fazenda Maravilha. Mataram feitores, arrombaram paióis, roubando mantimentos e ferramentas. Rumaram para organizar um grande quilombo entre as áreas de Mage e Petrópolis. O papel de Mariana Crioula, portanto uma escravizada nascida no Brasil, aparece nos dois processos-crimes instaurados. Além de mucama da esposa do capitão-mor, trabalhava como costureira; foi um elo fundamental entre a casa-grande, cativos das lavouras e os quilombos.



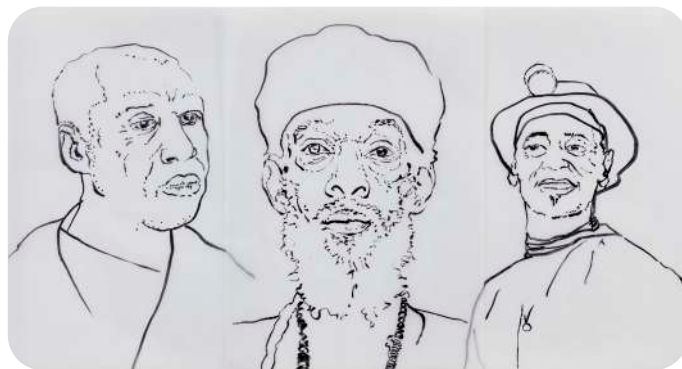
7.
Peregrina está presente como Maurinete Lima
Daniel Lima

(Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1973)

Desenho / tinta sobre papel vegetal

42 x 88,7 cm

Peregrina vivia em Sabará, Minas Gerais. Era escravizada de Jacinto Pinto Teixeira e Maria do Carmo Pinto Teixeira, que reagia com ciúmes quando o marido assediava uma cativa. No dia 5 de junho de 1856, as escravizadas Peregrina, Rosa, Luísa, Tecla, Balbina, Quitéria e Jesuína mataram a senhora. No dia 12 de agosto de 1856 o juiz condenou Peregrina e Rosa à morte, e as demais a sessenta açoites, e o uso de uma gola de ferro soldada ao pescoço por 2 anos. Em 14 de abril de 1857, executou-se a sentença num patíbulo da cidade. Peregrina não hesitou diante da morte; já Rosa implorou por sua inocência. A execução criou uma lenda na cidade: em certas ocasiões, seria possível ouvir os gemidos de Rosa. Não se pode assegurar que a história seja verdadeira, mas a narrativa mítica se perpetuou no tempo. Com certeza foram muitas as Peregrinas e as Rosas.



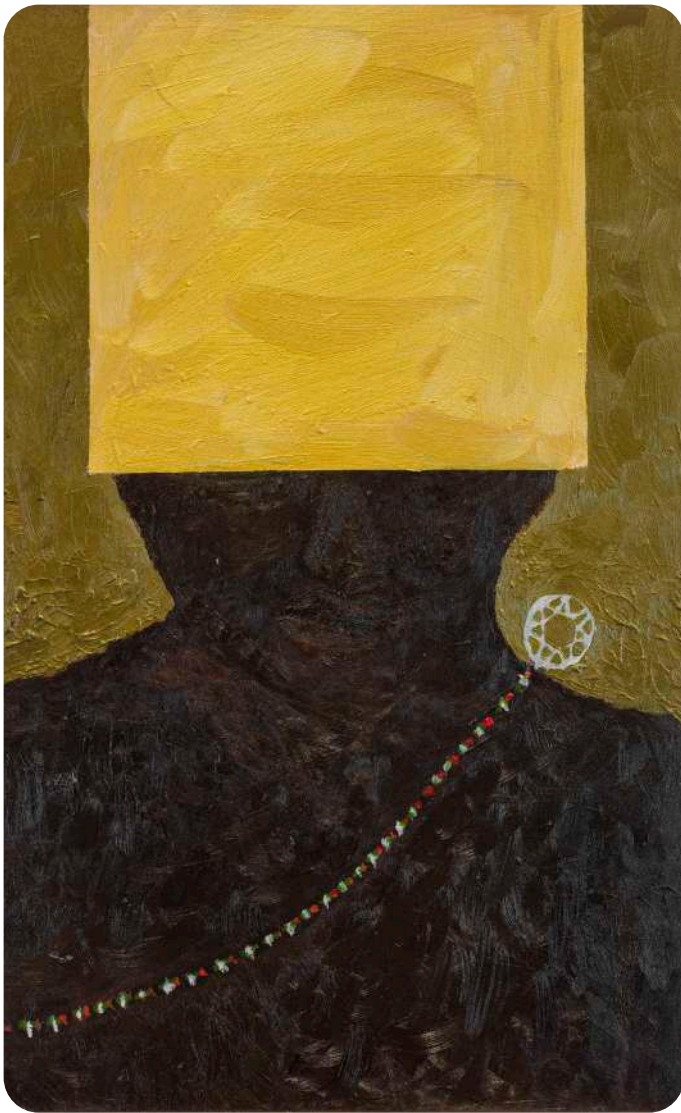
8.
Ambrósio, Bateeiro e Isidoro estão presentes
como Almir Almas, Tc Silva e Mestre Alcides
Daniel Lima

(Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1973)

Desenho / tinta sobre papel vegetal

42 x 29,6 cm

Ao longo do século XVIII, Minas Gerais contava com cerca de 130 quilombos e mocambos. Nesse contexto aparecem os nomes dos líderes Ambrósio, Bateeiro e Isidoro. Ambrósio, o mais famoso e sobre o qual há mais fontes, era chefe do Quilombo Grande, localizado na região de Rio das Mortes. Em 1746, o governador Gomes Freire de Andrade comunicava que nesse quilombo viviam “mais de seiscentos negros que consta estarem com rei e rainha, a quem rendem obediência”. Em 1759, outra expedição repressora foi realizada, mas novamente o sistema de defesa do quilombo do Ambrósio resistiu. A partir de 1755, se destacariam os nomes de Bateeiro — apelido herdado dos africanos mineradores que usavam bateias na exploração aurífera. Já Isidoro era mencionado como líder de mocambos até o alvorecer do século XIX. Os quilombos acabaram destruídos, mas o exemplo de seus líderes é até hoje lembrado.



9.

Malunguinho

Micaela Cyrino

(São Paulo, Brasil, 1988)

Pintura / acrílica sobre tela

79,9 x 50,1 x 3,5 cm

Malunguinho era um líder quilombola da floresta do Catucá na Zona da Mata, vizinha do Recife. Num Nordeste insurgente e anticolonial, as fugas e a formação de quilombos aumentaram, ao mesmo tempo que ganhava fama o principal líder dos quilombos: João Batista, apelidado de Malunguinho. O problema é que havia Malunguinhos “reais” e ao mesmo tempo “lendários”. “Malungo” era o termo como se tratavam os africanos escravizados companheiros do mesmo navio negreiro e é provável que tal rearranjo, ou parentesco simbólico, tenha sido estendido àqueles que fugiram juntos. Nos terreiros de Jurema, a imagem utilizada na representação da entidade Malunguinho é São João Batista, num fenômeno de trocas culturais entre africanos de diversas origens, populações indígenas e formas religiosas como o espiritismo. Atualmente, Malunguinho é mestre, caboclo e exu. No passado livrava da captura, agora livra da inveja e infortúnio.



10.

Rosa Sabará

Rodrigo Bueno

(Campinas, São Paulo, Brasil, 1967)

Pintura / óleo sobre madeira

74,8 x 50,7 x 4,5 cm

Numa madrugada fria de 1870, Rosa atravessou a fronteira do Uruguai, fugindo de uma fazenda criatória de gado localizada na margem direita do Imbaá, junto a Uruguaiana. Nascida no Brasil, e com 39 anos, Rosa evadiu-se acompanhada dos filhos Eugênio, Francisco, Fláubio, Domingos e “um ainda de peito”. Não teve, porém, total sucesso em sua empreitada, sendo capturada. A sua evasão em 1870 quem sabe teria, ainda, outro motivo: distanciar-se da guerra, já que 5 anos antes, Uruguaiana fora invadida por tropas paraguaias. O inquérito revelou uma série de expectativas familiares. O pequeno Eugênio, um de seus filhos, com doze anos, disse que o africano “pai Antônio” havia ajudado sua mãe a se esconder. Outro aliado da família era o africano liberto Antônio Mina, de sessenta anos. Ele ajudou a preparar a “trouxa de roupa” e um cavalo. Em seu depoimento Rosa disse que seu proprietário tinha a intenção de a alforriar mas a esposa não aprovava a libertação. Rosa garantiu que já tinha “dado onze crias, achou que isso era injustiça da parte de sua senhora” — recusar o preço da “sua liberdade”. Rosa tentaria ganhar, assim, outras fronteiras da liberdade.



11.

Preto Félix

Jaime Lauriano

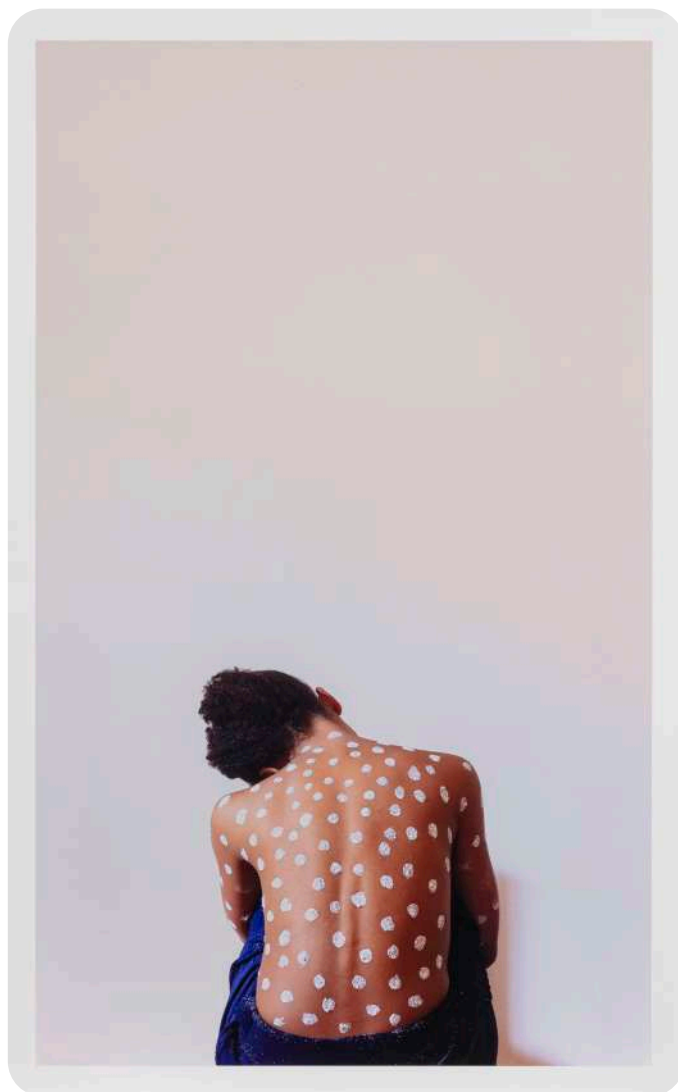
(São Paulo, Brasil, 1985)

Desenho / giz pemba branca e lápis dermatográfico

sobre papel cartão

33 x 48,7 cm

Félix José Rodrigues, o Preto Félix, fora escravizado numa fazenda de gado no Piauí, da qual fugira. Em 1866, ao saber que seu filho tinha sido convocado para servir na Guerra do Paraguai, apresentou-se no lugar do filho e recebeu alforria, em 1867. No Paraguai atuou no batalhão do coronel José Lustosa da Cunha, tendo decisiva participação na Batalha de Cerro Corá. Segundo a memória da comunidade, de volta, ele foi recebido por Pedro II, que teria lhe perguntado o que queria como reconhecimento, ao que respondeu: “nós quer é uma terra para nós viver” – recebeu a doação de quase 80 mil hectares. O povoado de Barra do Aroeira, situado no atual município de Santa Tereza do Tocantins, tem hoje cerca de cem famílias vivendo da produção de farinha e do extrativismo. O local, antes chamado de Pretos da Barra, está localizado numa área de preservação ambiental; o Jalapão. Além da memória do seu fundador, a comunidade guarda fardas dos ex-soldados. Em 2006, a Fundação Cultural Palmares reconheceu a Barra do Aroeira como comunidade remanescente de quilombos.



12.

Narciso Sociedade Pemba

Mônica Ventura

(São Paulo, Brasil, 1985)

Fotografia / fotografia digital, impressão digital sobre papel algodão

81 x 51 cm

Em fins de 1860, o município de Itapemirim, no Sul Capixaba, foi abalado por uma “projetada insurreição de escravos”, revelando-se a organização de uma associação secreta, a Sociedade Pemba, que reunia escravizados e libertos africanos de várias fazendas. A repressão não conseguiria comprovar qualquer crime; apenas rituais religiosos para “amansar os brancos”. Os denunciados tinham diferentes origens étnicas, provenientes da África Central, Oriental e Ocidental. Narciso Mina, conhecido como Tata Abranda Mundo, era “chefe da Pemba”. Africano ocidental, da Costa da Mina, Narciso “batizava” os adeptos. Os rituais da Pemba iniciavam-se no princípio da colheita de café, com reuniões nas noites de sábado, com estatuetas (talvez inquices), capacetes, lenços brancos com bordas encarnadas amarradas na testa. Realizavam também o jongo, com acompanhamento de tambores. Indiciados afirmaram desejar a “liberdade” que “os brancos não queriam dar”, mas que contavam com a proteção do “rei do Congo”, numa evidente conexão afro-atlântica.



13.
Manoel Sacramento

Igi Ayedun

(São Paulo, Brasil, 1990)

Pintura / acrílica, guache, indigo e lápis lazuli sobre tela
25 x 25x 3,8 cm

Em 1877, na fazenda do Queimado localizada em Campos e pertencente ao comendador Julião Ribeiro de Castro, uma delação impediu a eclosão de uma insurreição. A propriedade foi cercada de madrugada e os cativos acusados de serem líderes foram presos quando “dormiam nas senzalas”. A culpa caiu por sobre o “crioulo Manuel do Sacramento”. Segundo delações, ele “vinha de noite à cidade comprar o *Monitor Campista* e outras folhas incendiárias”, e “as lia e as explicava aos seus companheiros que compreenderam que tinham direito à sua liberdade”. Planejavam invadir a sede da fazenda quando o senhor estivesse “tomando chá” e exigir que lhes desse a alforria. Sacramento disse “que se seu senhor insistisse em que eles voltassem para o trabalho sem lhes pagar os seus jornais que iriam para a cidade queixar-se à Justiça”. A leitura foi também uma forma eficaz de liberdade para os escravizados.



14.
Gregório Luiz

Kerolayne Kemblim

(Manaus, Amazonas, Brasil, 1994 ou 1995)

Fotografia / impressão digital
sobre papel fotográfico fosco
86,7 x 62 x 4 cm

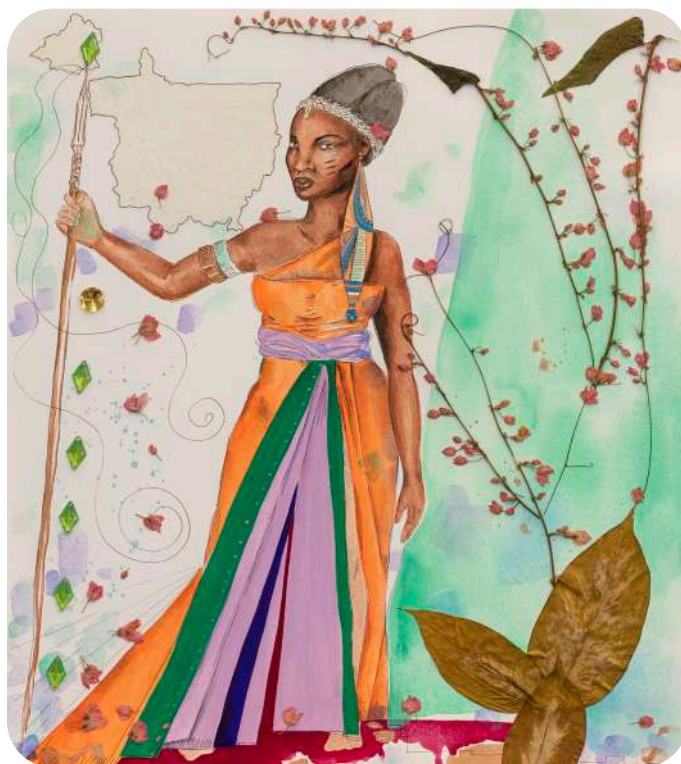
Gregório Luís nasceu na capitania da Bahia. Trabalhava no engenho de Santana localizado numa antiga fazenda dos jesuítas, então propriedade de Manuel da Silva Ferreira, que contava com cerca de trezentos escravizados. Em 1790, foi preso como um dos líderes do protesto de 1789, e protagonista do mais conhecido escrito coletivo, supostamente redigido por escravizados: o “Tratado do Engenho de Santana”. Os rebeldes se remetiam ao administrador da fazenda afirmando querer “a paz e não a guerra”, mas impunham condições: exigiam garantia de terem livres “os dias de sexta-feira e de sábado” para cultivarem suas roças; diziam não aceitar mais os feitores sem a aprovação deles; pleiteavam autonomia para realizarem festas e batuques; e demais itens que regulariam o trabalho e a vida cotidiana. Gregório Luís foi preso e enviado para a cadeia de Salvador, em 1806, e mais não sabemos. Apenas que exigia seus direitos, e por escrito.



15.
Tia Ana
Renata Felinto
(São Paulo, Brasil, 1978)

Desenho / adesivo, aquarela, grafite, nanquim,
e flores e folhas secas coladas sobre papel
24,8 x 20 cm

Tia Ana liderou, em 1835, uma insurreição de escravizados na fazenda de Francisco Antônio de Carvalho. A propriedade ficava no interior do Ceará, na serra do Ibiapaba, próxima ao município de Viçosa. Em razão do declínio das plantações de cana-de-açúcar, a região vivia um momento de recessão, com o tratamento reservado aos cativos piorando. Armou-se, então, uma revolta, sendo que o estopim foram os castigos impostos a uma escravizada idosa. A ausência do senhor deu oportunidade para o levante, liderado por Tia Ana. Os escravizados invadiram a residência, assassinaram todos que nela estavam e atearam fogo à casa-grande. Enquanto alguns revoltosos fugiram em direção a Pernambuco, o grupo de Tia Ana libertou da cadeia Jerônimo Cabaceira, desafeto do patrão. Assim que soube do ocorrido, Francisco retornou à sua fazenda. Foi, porém, acossado por Jerônimo e, perdendo o controle da situação, acabou por enforcar-se numa mangueira de sua propriedade.



16.
Tereza de Benguela
Renata Felinto
(São Paulo, Brasil, 1978)

Desenho / adesivo, aquarela, grafite, nanquim,
e flores e folhas secas coladas sobre papel
40 x 35,8 cm

A africana Tereza de Benguela chega ao Brasil escravizado por volta de 1730, sendo levada para trabalhar nas áreas de mineração, na Capitania do Mato Grosso. Ela foge para os mocambos que ali já existiam desde a década de 1740. Em 1770, ocorre uma grande repressão com mais de 100 quilombolas capturados. Descrições sobre a organização do mocambo revelam Tereza como a rainha do quilombo Quariterê. Ela acaba, porém, capturada e se suicida na prisão.



17, 18.

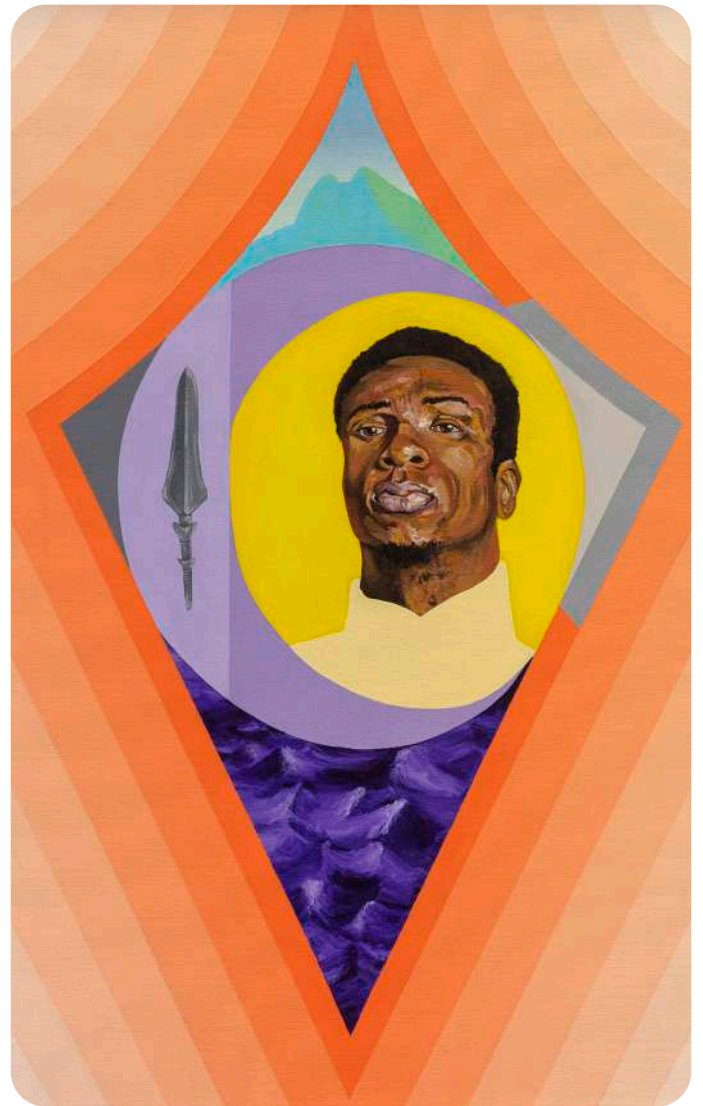
**Mariana Xambá e Mariana da Costa;
Clara Courá e Isabel Mina**

Renata Felinto

(São Paulo, Brasil, 1978)

Díptico. Desenho / adesivo, aquarela, grafite, nanquim, e flores e folhas secas coladas sobre papel 31,8 x 25 cm

Africanas liderando revoltas – Revoltas anti-coloniais não tiveram apenas a participação de homens brancos conforme registram os antigos manuais didáticos. As africanas Mariana Xambá, Isabel Mina, Mariana da Costa e Clara Courá se destacaram em episódios de insurreições em Minas Gerais. Na década de 1720, em Itabira, era denunciada Mariana da Costa casada com o africano Manoel Mina, pois em sua “casa se ajuntava os mais da mesma nação causando seus folguedos”, sendo seu marido “eleito entre os mais por cabeça para a sublevação dos negros”. Eles contavam com o apoio de Isabel Mina “que intervinha” na revolta. Em 1744, Mariana Xambá e Clara Courá foram acusadas de articuladoras na conspiração que propagava ideias messiânicas e milenaristas, em Serro Frio.



19.

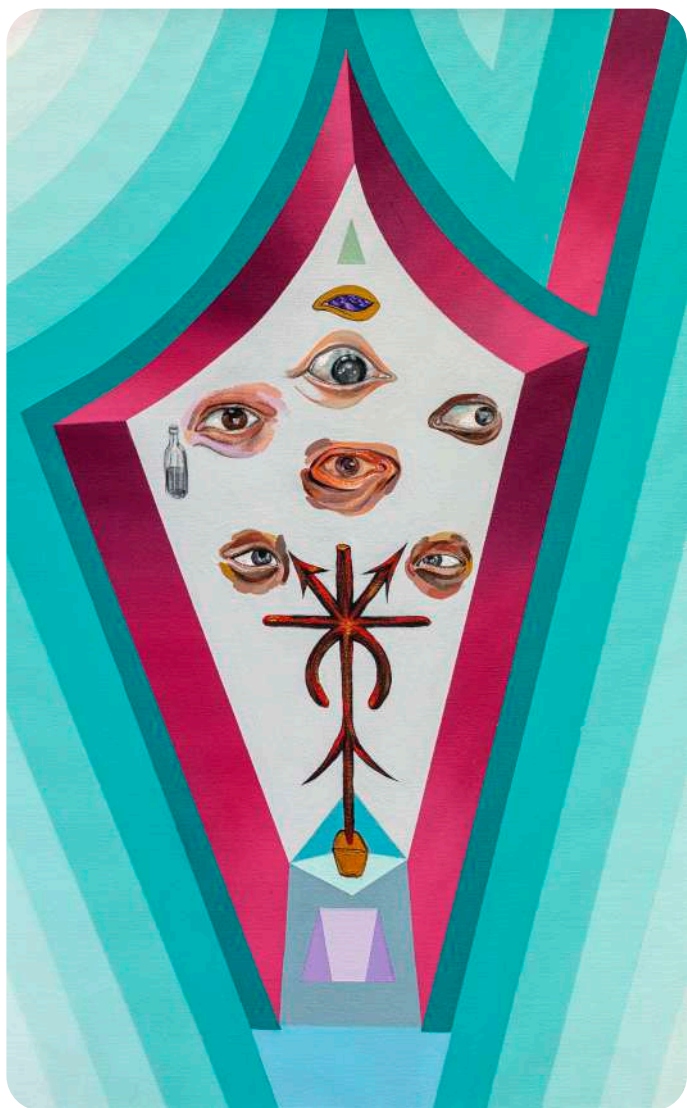
Carukango

Michel Cena

(São Paulo, Brasil, 1985)

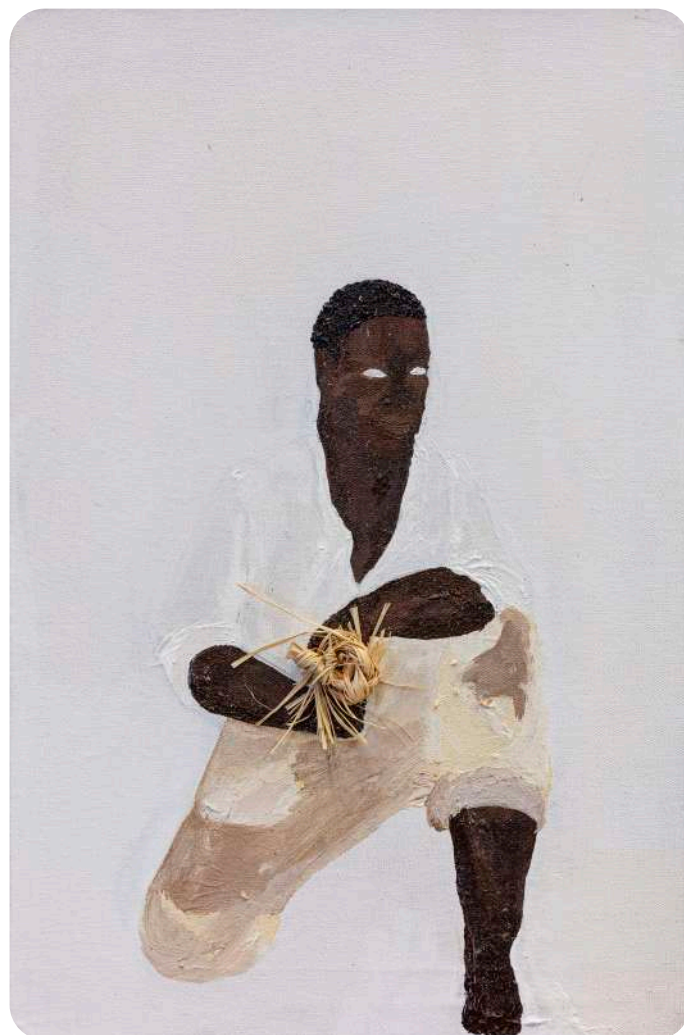
Pintura / acrílica e tinta spray sobre tela 79,9 x 49,8 x 4,1 cm

O quilombo Carukango, situava-se a nordeste de Macaé, no norte da capitania do Rio de Janeiro, próximo às nascentes do rio do Deitado. Era liderado por um cativo fugido de origem “moçambique”, que teria matado seu senhor, se enfronhado nas matas e formado um mocambo com cerca de duzentos negros. As histórias quilombolas de Carukango (também chamado de Curukango) se misturavam a tantas outras de mocambos existentes na região, os quais, a despeito da repressão, mantinham-se ativos desde o início do século XVIII. Dizia-se que Carukango teria sido cativo de Antônio Pinto, que era “coxo e corcunda”. Uma expedição militar capturou Carukango que foi fuzilado, sendo os demais quilombolas “degolados e as suas cabeças espetadas em estacas à margem da estrada geral”. Até hoje, pesquisadores, e guias turísticos que percorrem o local passam por um lugar conhecido como Carukango ou Querukango. Trata-se de uma área de proteção ambiental, onde se encontram, entre memórias e registros arqueológicos, marcas da existência de ocupação quilombola.



20.
Miguel Quilombolas
Michel Cena7
 (São Paulo, Brasil, 1985)
 Pintura / acrílica e tinta spray sobre tela
 80 x 49,7 x 4,2 cm

Miguel pode ter sido um bumerangue quilombola afro-atlântico. Entre os séculos XVII e XIX, escravizados — em boa parte africanos — cruzaram as fronteiras das Guianas no Grão-Pará, atual estado do Amapá, formando quilombos e mantendo relações com indígenas e fugitivos das áreas coloniais de ocupação inglesa, holandesa e francesa. Miguel era um africano escravizado que tinha fugido e vivia em mocambos nas margens do rio Araguari. No fim do XVIII, as revoltas do Caribe (1791) e a Revolução Francesa (1789) fizeram com que circulassem ideais de liberdade levados pelos fugitivos, ocasionando muito temor dentre os proprietários. Quilombolas como Miguel ocupavam, real e metaforicamente, a fronteira da liberdade, e sabiam disso.



21.
Prata Preta
Hariel Revignet
 (Goiânia, Goiás, Brasil, 1995)
 Pintura / acrílica, costura sisal e palha sobre tela
 29,8 x 20 x 1,4 cm

Uma das maiores revoltas populares urbanas do alvorecer do século XX foi comandada pelo líder negro, Horácio José da Silva (o Prata Preta). A conhecida Revolta da Vacina, em novembro de 1904 fez a cidade do Rio de Janeiro ficar sitiada por centenas de revoltosos. Era uma mobilização contra a intolerância do poder público. Conhecido pelo apelido de Prata Preta, Horácio era um estivador e famoso capoeirista com 30 anos de idade. Ganhou “fama de valente e rixento” e de ser o “comandante do Porto Arthur na Saúde”, uma espécie de derradeira cidadela de resistência dos revoltosos, entre os bairros da Saúde e na atual Praça da Harmonia, no centro da cidade.



22, 23.

**Xica Manicongo – Lembrar da maldição,
sentir a profecia**

Castiel Vitorino Brasileiro

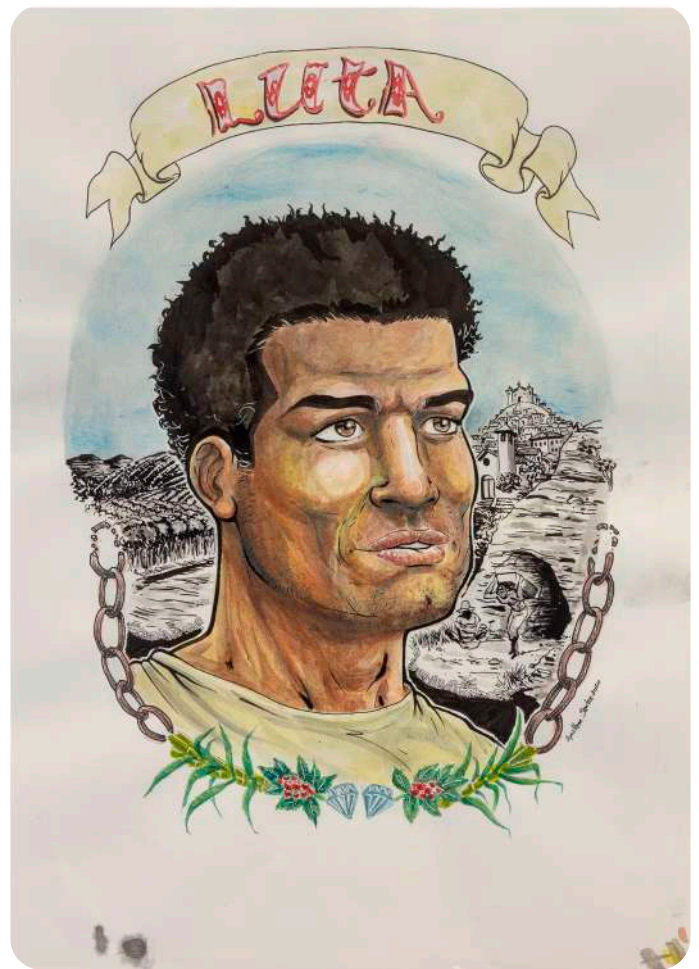
(Vitória, Espírito Santo, Brasil, 1996)

Fotografia / impressão digital

sobre papel semi perolado

44 x 63,9 x 2,5 cm

Sabemos muito pouco sobre Xica Manicongo, que aparece nos registros da visitação da Inquisição no Brasil como Francisco Manicongo ou Francisco Congo. Ela vivia na capitania da Bahia, no fim do século XVI, e pertencia a um sapateiro, o que sugere que morado numa área urbana. A primeira denúncia foi feita por um escravizado pertencente a jesuítas, que a acusou de usar “o ofício de fêmea”. Já a segunda pessoa, acusou-a de se recusar a trajar “o vestido de homem que lhe dava seu senhor”. Hoje, o movimento LGBTQI+ e as travestis negras reconhecem em Xica um símbolo de luta por direitos.



24.

Adão

Amilton Santos

(Santos, São Paulo, Brasil, 1977)

Desenho / guache e nanquim sobre papel

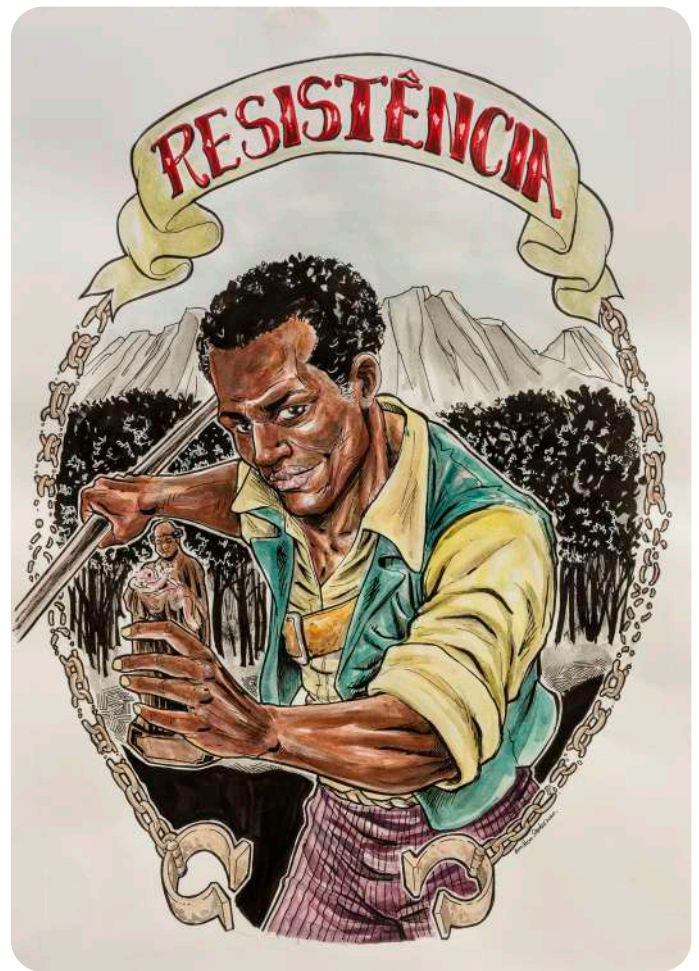
41,9 x 29,7 cm

Adão nasceu no Brasil. Em 1864, ele planejou uma revolta no Serro, em Minas Gerais. Contando com escravizados, quilombolas, libertos, africanos, e pessoas livres negras nas áreas rurais e urbanas estava marcada para eclodir durante as festividades do Espírito Santo. Adão e outros líderes sabiam ler e coordenavam circulação de informações, incluindo a troca de bilhetes e a leitura de jornais com informações sobre os desdobramentos da Guerra Civil nos EUA e dos debates da política imperial brasileira. A rebelião foi abortada e reprimida com cerca de 40 integrantes presos e indiciados.



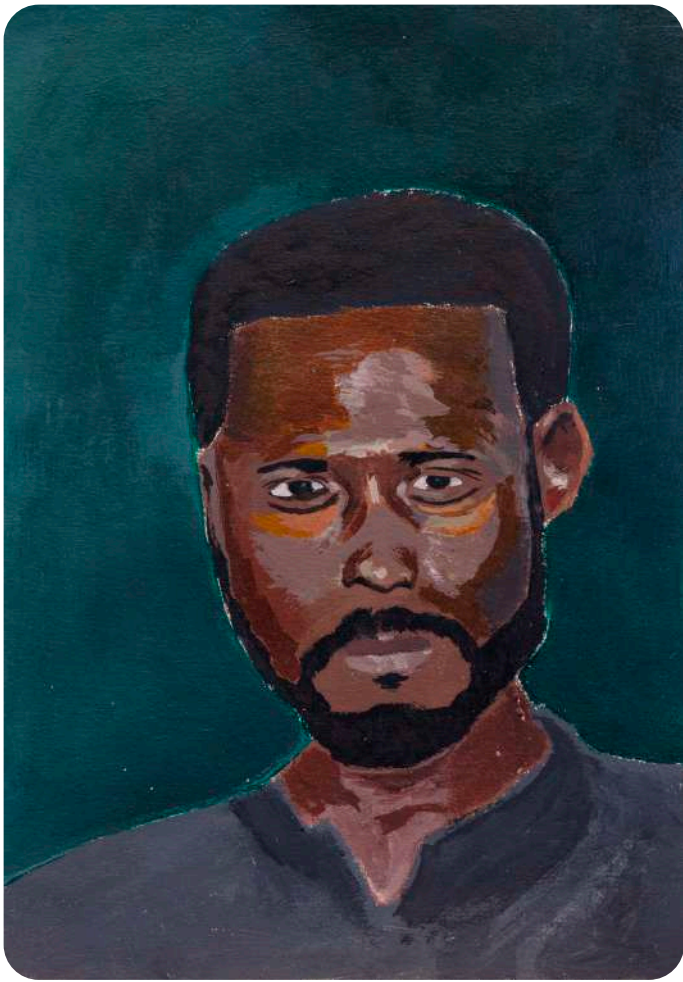
25.
Mahommah Baquaqua
Amilton Santos
(Santos, São Paulo, Brasil, 1977)
Desenho / guache e nanquim sobre papel
41,8 x 29,7 cm

Baquaqua foi um africano islamizado que escreveu um livro de memória, descrevendo os horrores da escravidão. Natural da região de Zoogoo (atual Benim) na África Ocidental, foi escravizado e trazido para o Brasil na década de 1840, desembarcando em Pernambuco. Trabalhou nas ruas de Recife, acabou vendido para o Rio Grande do Sul e depois foi parar no Rio de Janeiro. Por volta de 1847, fuge para Nova York, sendo resgatado por abolicionistas norte-americanos. Libertado faz viagens pelo Haiti, EUA, Inglaterra e Canadá, se convertendo ao cristianismo. Em 1854, publica seu relato autobiográfico que se transformará num conhecido libelo de cunho antiescravista, já em sua época.



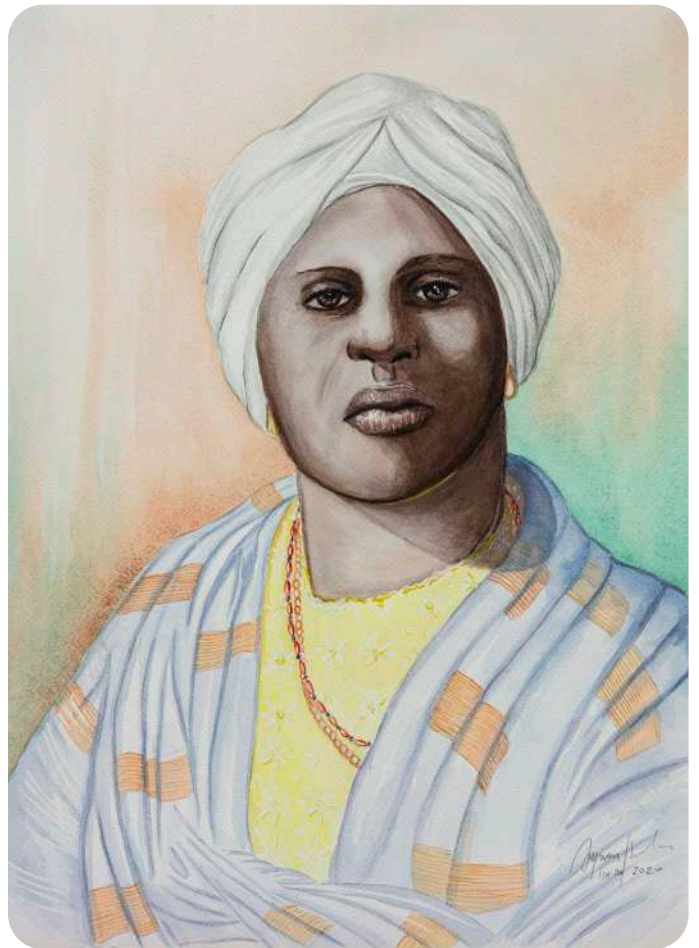
26.
Benedito Meia Léguas
Amilton Santos
(Santos, São Paulo, Brasil, 1977)
Desenho / guache e nanquim sobre papel
41,9 x 29,7 cm

Benedito Meia Léguas aparece nas memórias das comunidades negras rurais, nos relatos dos mestres do Ticumbi, da marujada e nos bailes de congo do norte do Espírito Santo. Símbolo da luta negra no Vale do Cricaré e nos sertões de São Mateus e Conceição da Barra, liderava um quilombo formado na década de 1870. Ganhou fama com as lendas que o descreviam como invencível. Contava-se que era devoto de São Benedito que o ajudava nos combates travados com a repressão policial e nos ataques às fazendas até a sua suposta morte em 1885.



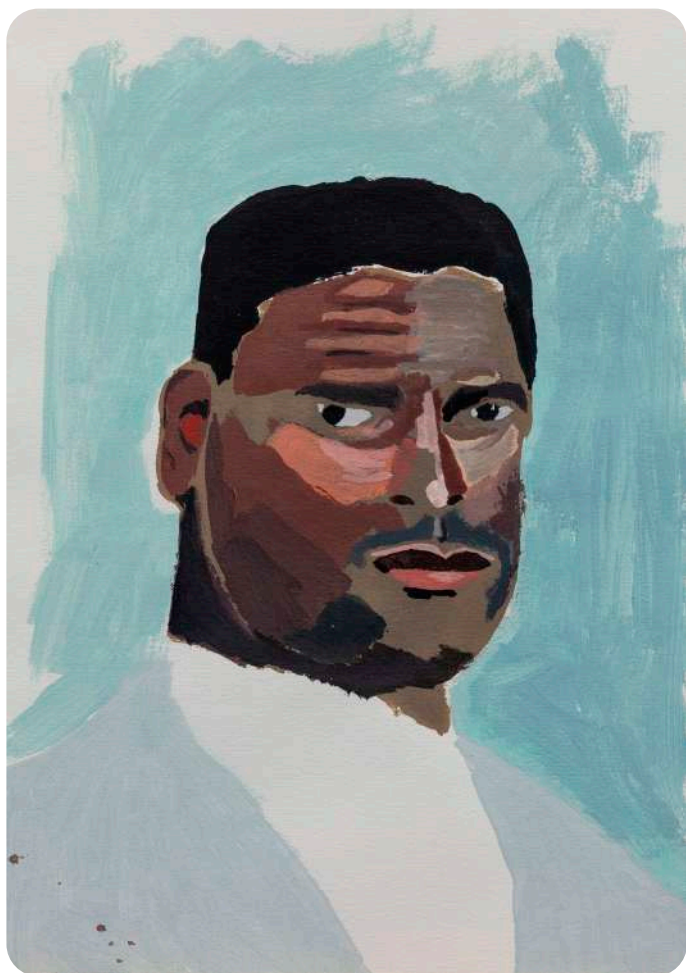
27.
Miguel Quilombo
Bruno Baptistelli
(São Paulo, Brasil, 1985)
Pintura / acrílica e guache sobre papel
29,7 x 21 cm

O africano Miguel foi um viajante transnacional que ajudou a conectar as experiências de quilombos e maroons. Desde o final do século XVII havia reclamações de que fugitivos andavam escondidos nas fronteiras das Guianas, entre o Grão-Pará (atual estado do Amapá) formando mocambos, quilombos e mantendo relações com grupos indígenas e fugitivos das áreas coloniais de ocupação inglesa, holandesa e especialmente francesa. No final do século XVIII, num interrogatório, Miguel revelou que ele e vários fugitivos saíam dos seus mocambos e iam trabalhar para colonos franceses. Disse que alguns mocambos estavam localizados justamente nas margens do rio Araguari, portanto do lado da fronteira portuguesa, porém comerciavam, trabalhavam e mantinham relações com os franceses do outro lado. No final do século XVIII, tais conexões preocupavam ainda mais as autoridades devido as ideias de liberdade propagadas pelas revoltas no Caribe (1791) e pela Revolução Francesa (1789) que estavam chegando ao Brasil também através da circulação de fugitivos nas fronteiras. Em 1794, falava-se em Macapá que todos estavam apreensivos quanto ao que os “franceses têm praticado nas suas ilhas a respeito dos escravos” e que tudo era “sabido, pelas Gazetas que chegam da Europa e até os mesmos escravos o não ignoram”.



28.
Retrato de Luiza Mahin
Ayrson Heráclito
(Macaúbas, Bahia, Brasil, 1968)
Desenho / aquarela sobre papel algodão
41,7 x 30,5 cm

Em 2019, foi sancionada a lei no 13816, que determinou que o nome de Luiza Mahin fosse incluído no *Livro dos heróis e heroínas da pátria*. O que se conhece, porém, sobre essa africana que viveu em Salvador e depois no Rio é ainda pouco. Luiz Gama, anos depois, teria dito que essa liberta africana era sua mãe e que ela havia sido perseguida depois da Revolta dos Malês, de 1835. Deportada ou refugiada, a personagem desapareceu. Gama procurou-a na Corte, e soube que teria sido expulsa do Brasil, junto com outros africanos acusados de feitiçaria. Não há dúvida sobre a existência de Mahin, embora sua trajetória permaneça envolta por muita ficção e possibilidades históricas.



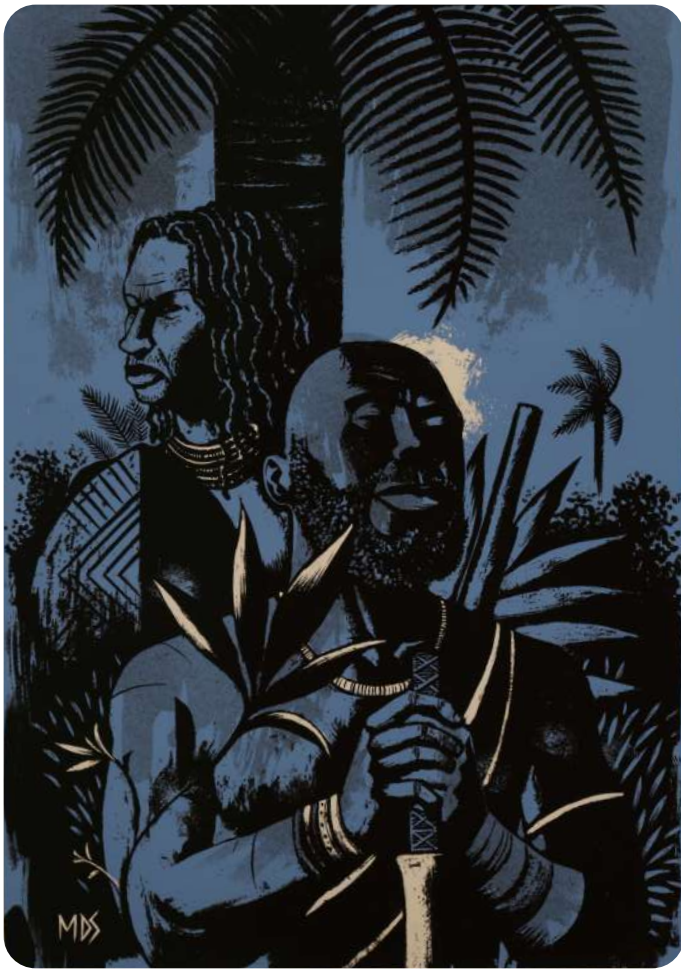
29.
Pedro Valentim
Bruno Baptistelli
(São Paulo, Brasil, 1985)
Pintura / acrílica e guache sobre papel
29,7 x 21 cm

Pedro Valentim foi um personagem afro-atlântico que ajudou a fazer circular ideias e protestos. Em 1831, o Intendente de Polícia da Corte expedia ordens para prendê-lo, sob acusação de manter contatos com dois negros recém desembarcados do Haiti. Todos eram acusados de “haitianismo”, como eram chamados os rumores, denúncias e a circulação de ideias envolvendo escravizados, libertos e livres no Brasil. Em 1806, em pleno Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro, homens pardos e libertos negros exibiam tatuagens da coroação, retratos, bem como referiam-se a Jean-Jacques Dessalines que havia sido proclamado imperador do Haiti em 1804. De Pedro Valentim, conhecemos apenas o nome. Ele e outros, como Moiro, Emiliano, viraram símbolo de experiências afro-atlânticas. Para eles, “o Haiti era aqui”.



30.
Acotirene e Aqaltune
Marcelo D'Saete
(São Paulo, Brasil, 1979)
Desenho / nanquim e pintura digital,
impressão digital sobre papel fotográfico
47,9 x 37,9 x 3,3 cm

Acotirene e Aqaltune foram lideranças femininas em Palmares. A presença feminina em Palmares surge descrita na “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco” nas memórias sobre as incursões realizadas entre 1675 a 1678. Cerca de vinte léguas da vila de Porto Calvo, havia o Mocambo de Acotirene. A trinta léguas de Porto Calvo, havia a Cerca de Aqaltune; “nome da mãe do rei”, que vivia “em mocambo fortificado”. Além de combaterem lado a lado com os homens, uma série de mulheres exercia funções logísticas, transportando alimentos, pólvora e armamentos, bem como cuidando de feridos e transferindo-os para lugares seguros. Se a história silenciou sobre seus nomes, não pode evitar falar de seus atos e papéis dentro das comunidades palmarinas.



31.

Camoanga e Mouza

Marcelo D'Saete

(São Paulo, Brasil, 1979)

Desenho / nanquim e pintura digital, impressão digital sobre papel fotográfico

48,1 x 38 x 3,2 cm

Palmares não foi totalmente destruído com o assassinato de Zumbi em 1695. No alvorecer do século XVIII, a liderança de Palmares estava com Camoanga, que certamente foi sucessor de Zumbi. Antes dele falava-se em Mouza, outro comandante. Camoanga acabou assassinado pelas tropas que seguiriam combatendo naquelas serras de Pernambuco. Vários remanescentes das tentativas de destruição de Palmares migraram para partes da Paraíba e Sergipe. As pesquisas pioneiras de Edison Carneiro, Ernesto Ennes, Décio Freitas, Ivan Alves Filho e outros foram fundamentais para conhecermos uma biografia certamente coletiva, de uma organização que virou símbolo da rebeldia negra e de seu desejo de liberdade.



32, 33.

Madalena e Hilária

Desali

(Contagem, Minas Gerais, Brasil, 1983)

Pintura / acrílica sobre madeira

31 x 21,5 x 3,4 cm

Hilária e Madalena

Em março de 1823, tropas atacaram o mocambo de Mocajuba, localizado no Grão-Pará, nas regiões banhadas pelo rio Tocantins. Saíram mortos cerca de 20 negros, outros tantos ficaram feridos e foram aprisionadas as rainhas do mocambo: Hilária e Madalena. Quando interrogadas, revelaram a existência de redes comerciais e de solidariedade gestadas pelos fugitivos, ligando Belém aos diversos rios e povoados da região. Madalena contou que quilombolas armazenavam espingardas, chumbo, pólvora e facões sob a liderança das ex-escravizadas. Não sabemos mais sobre as rainhas, que sumiram dos registros. Mas os mocambos de Mocajuba não desapareceram. Eles se tornariam invisíveis, unindo agrupamentos de fugitivos que se estabeleciam na região.



34.

Ganga-Zumba

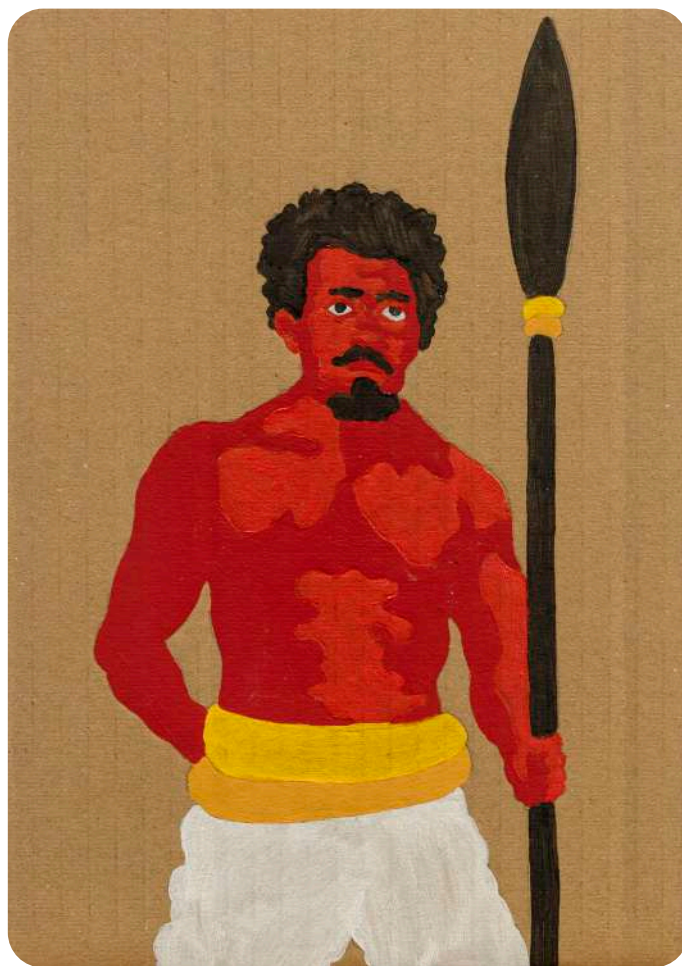
Mulambô

(Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil, 1995)

Pintura / acrílica sobre papelão

18,4 x 20 x 0,4 cm

Ganga-Zumba foi um dos principais líderes de Palmares na segunda metade do século XVII. Na memória de Pedro de Almeida (1630-79), é mencionado um “rei” que todos “reconhecem” e a quem são “todos obedientes”, chamado de “Ganga-Zumba, que quer dizer Senhor Grande”. Provavelmente um centro-africano ou filho desses, Ganga-Zumba era tratado “com todos os respeitos de rei, e cerimônias de senhor”, sendo que na sua presença todos “põem logo o joelho no chão e batem as palmas das mãos”, chamando-o de “majestade”. Informações mais detalhadas sobre Ganga-Zumba aparecem nas tentativas de acordo de paz realizadas no Recife. O governador de Pernambuco, além de aceitar a autonomia dos palmaristas, deveria permitir a realização de trocas mercantis na região. A liderança de Ganga-Zumba foi questionada quando ele concordou em entregar os cativos não nascidos nos mocambos. Lideranças descontentes abandonaram o mocambo de Cucaú, engrossando o número de seguidores de Zumbi. Ganga-Zumba acabou envenenado, e muitos de seus seguidores, executados.



35.

Quindomba

Mulambô

(Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil, 1995)

Pintura / acrílica sobre papelão

18,3 x 19,9 x 0,3 cm

O nome de Quindomba aparece em 1813, quando registros coloniais se referem a quilombolas da região de Mariana, em Minas Gerais, chefiados por um africano que era o “terror desses habitantes”. Foram enviadas tropas contra alguns mocambos, tendo sido capturado o “celebrado valentão Quindomba”. Foram encontrados arcs, flechas e búzios, com os africanos, tanto nos quilombos como nas senzalas, compartilhando estratégias para conquistar a liberdade. Informações dadas ao conde de Assumar revelavam que os escravizados “tinham maquinado” deflagrar a insurreição “para a noite de Quinta-Feira Santa”, reunindo “os negros do Rio das Mortes, Furquim, Ouro Branco, São Bartolomeu, Ouro Preto e de outras partes”. Tensões étnicas entre africanos ocidentais – chamados minas, e aqueles centrais – denominados angolas levaram, porém, à descoberta dos planos e sua pronta repressão.

Personagens Atlânticos

Durante o período escravocrata, uma série de personagens negros circularam por entre o espaço econômico, político, social e cultural criado entre os continentes africano, europeus e as Américas, mais especificamente o Caribe, o Brasil e os Estados Unidos. Mais do que pessoas, nesse eixo trocaram-se experiências, gostos alimentares, ritmos, plantas, linguagens, filosofias, práticas religiosas, formas estéticas, técnicas de trabalho, e registros de insurreições que logo funcionavam como exemplos a serem seguidos. A revolução em São Domingos (1791-1804), futuro Haiti, chegava no ano seguinte ao Brasil, assim como as notícias do Quilombo de Palmares (século XVII), a abolição em Portugal, os ideais iluministas, as revoltas na Jamaica e em Cuba ou os debates sobre emancipação em diversas partes do Caribe. Também as revoltas envolvendo setores negros — livres e escravizados — alcançavam portos e ruas de Londres e Paris, além da América Hispânica e ilhas da América Central. Isso ocorria por meio desses protagonistas que não se limitaram ao desterro e criaram seus próprios itinerários, num movimento contínuo de fluxos e refluxos.



1.

Mahitica

Elian Almeida

(Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil, 1994)

Pintura / acrílica, grafite e pastel seco sobre tela
107,5 x 85,5 x 5 cm

Mahitica era um africano nascido no norte de Angola, provavelmente no alvorecer do século XIX. Ele vai atuar no comércio atlântico como *Bomba*, espécie de intérprete dos traficantes de escravos. Em 1829, acabaria vendido para o Rio de Janeiro sob a acusação de roubos, fraudes e assassinatos, envolvendo traficantes nos barracões do litoral de Cabinda. Logo após desembarcar na Corte foge e procura asilo no Arsenal de Marinha, na Ilha das Cobras, narrando a história da emboscada que sofrera no litoral africano. Memórias orais do povo do N. Goio sugerem que a vinda de Mahitica ao Brasil estivesse também ligada às embaixadas do reino de Cabinda e aos resgates de seus parentes vendidos como escravizados.



2.

Cumba

Kerolayne Kemblim

(Manaus, Amazonas, Brasil, 1994 ou 1995)

Fotografia / fotografia digital, impressão digital sobre papel fotográfico
86,5 x 62 x 4cm

Cumba era uma africana nascida nos sertões de Cabinda, mais especificamente nas áreas do Congo Norte. Foi escravizada e transportada para o Rio de Janeiro. Talvez tivesse por volta dos 14 anos quando chegou no Brasil em 1826, desembarcada no Valongo. Foi vendida por 160 mil réis para Joana Rosa dos Santos como “escrava nova de nação Cabinda e de nome *Cumba*”. Mas a nova compradora entrou na justiça para desfazer o negócio, alegando que logo após ser vendida a africana Cumba vivia “por costume atacada nas Luas, e quartas de Luas de moléstia crônica, ficando doida e furiosa”. Batizada com o nome cristão de Mariana, Cumba morreria anos depois.



3.

Mister Gids, John, Alcino dos Santos, João Sótero da Silva e Mário de Vasconcellos estão presentes como Chê Leal, Flávio Leal, Bukasa Kabengele, Daniel Lima e Eugênio Lima

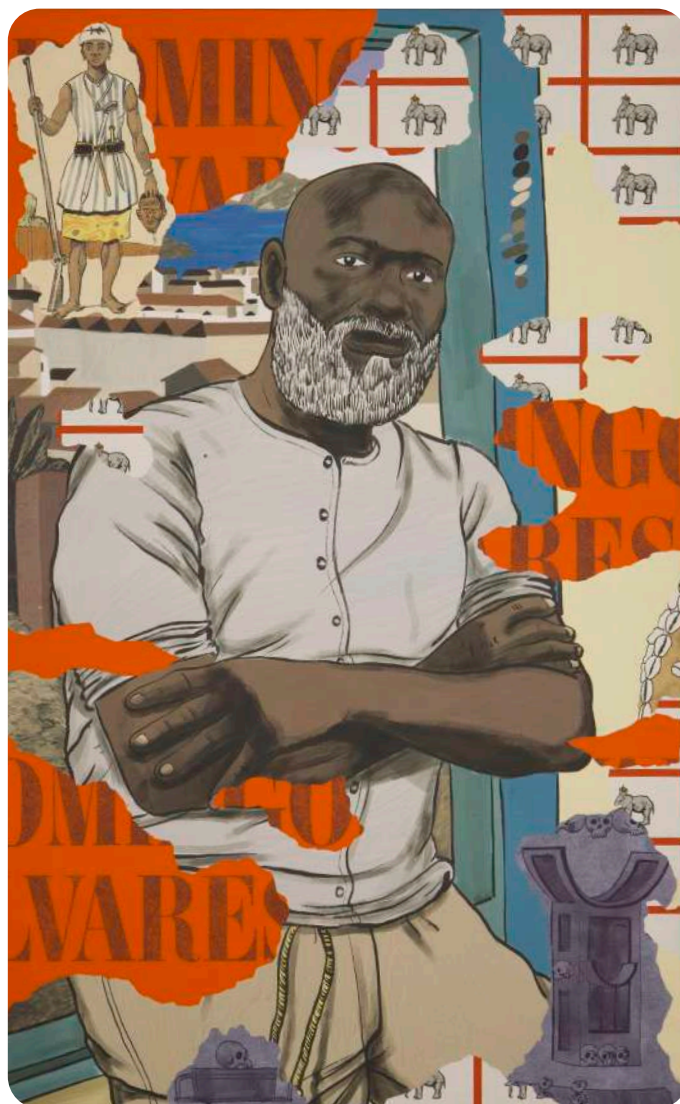
Daniel Lima

(Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1973)

Desenho / tinta sobre papel vegetal

42 x 29,6 cm

Mister Gids, um negro de origem caribenha, atuou na mobilização pan-africana, na circulação de ideias e experiências de lutas anti-racistas, articulando intelectuais negros do Brasil, Caribe, Europa e EUA. Trabalhando como gerente da papelaria Casa Vanote, Mister Gids foi dirigente do Centro Cívico Palmares, em São Paulo. O jornal *O Clarim d' Alvorada* chegou a criar uma seção denominada "Mundo Negro" que incentivava colaboração, contatos e traduções das teorias pan-africanas, incluindo a difusão do pensamento de Marcus Garvey (1887-1940) no Brasil.



4.

Retrato de Domingos Álvares

Oga Mendonça

(São Paulo, Brasil)

Pintura / pintura digital, impressão digital sobre papel
80 x 50 cm

Batizado no Brasil como Domingos Álvares, era um africano originário do tráfico da chamada "Costa dos Escravos", África Ocidental, nascido provavelmente em 1710, na região Mahi. Falante da língua gbe, era um curandeiro herdeiro de saberes de pais religiosos. Foi trazido escravizado para o Brasil, erradicando-se em Pernambuco. Já atuando como curandeiro é vendido para a cidade do Rio de Janeiro. Em 1742, foi preso e enviado para Portugal, por conta de acusações de feitiçaria feitas pelos visitantes do Tribunal da Inquisição



5.

Abdias Nascimento (Oxalufan)

O Bastardo

(Rio de Janeiro, RJ, 1997)

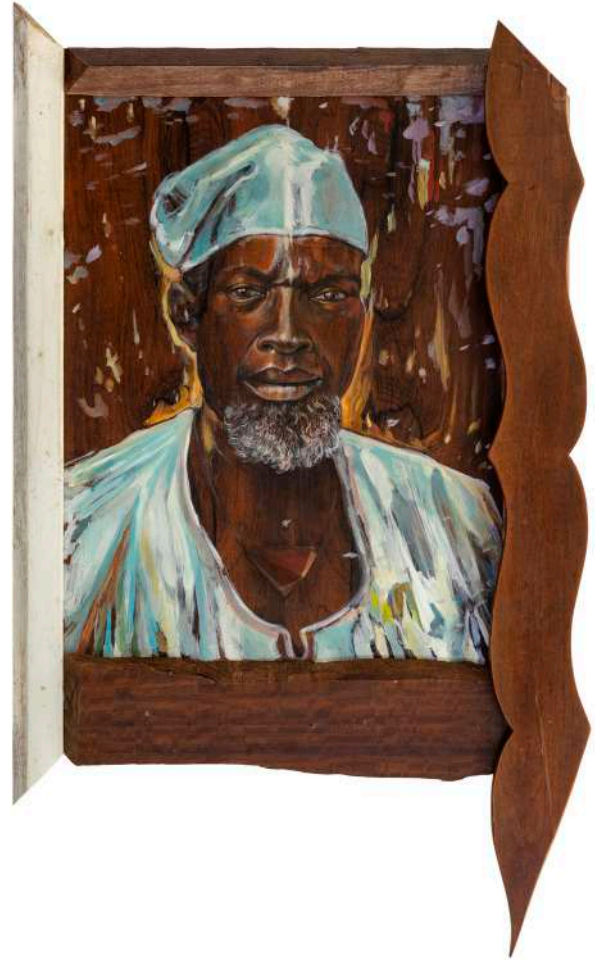
Pintura / acrílica sobre tela

92,3 x 72 cm

Abdias Nascimento nasceu em 1914, na cidade de Franca, interior de São Paulo. Migrou para a capital no início dos anos 30, e logo começou a militar em organizações dedicadas à causa negra. Em 1944, cria o Teatro Experimental do Negro; um grande movimento artístico e cultural que reunia intelectuais e artistas negros.

O ativista teve um papel importante durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946, propondo soluções para acabar com o racismo. Perseguido pela ditadura militar de 1964, Abdias foi obrigado a deixar o Brasil em 1968. Iniciou uma longa trajetória internacional. Foi professor em universidades nos Estados Unidos, Caribe e África. Abdias escreveu vários livros clássicos, como *O Quilombismo* e *O Genocídio do Negro Brasileiro*, cujos temas continuam o atuais. Além de escritor, poeta e teatrólogo, Abdias foi artista plástico. Ele costumava tomar símbolos retirados do panteão de orixás do candomblé e estilizá-los em obras de cores fortes.

De volta ao Brasil, na década de 80, foi deputado federal (1983-1986) e senador (1991, 1997-1999). Em 1992 dirigiu a Secretaria Extraordinária da Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras e em 1999 a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, ambas no Rio de Janeiro.



6.

Rufino Alufá

Rodrigo Bueno

(Campinas, São Paulo, Brasil, 1967)

Pintura / óleo sobre madeira de jacarandá

84 x 52 x 6 cm

Rufino José Maria foi um africano que viveu como escravizado e liberto, fazendo várias viagens entre Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Serra Leoa e partes do litoral de Angola. Ele era um ioruba muçulmano nascido no reino de Oyo, atual Nigéria, na virada do século XIX e de nome Abuncare. Escravizado, acabou vendido para o Brasil, chegando à cidade de Salvador em 1822. Em 1831, foi negociado para Porto Alegre, onde trabalharia até ganhar alforria em fins de 1835. Como liberto, viaja para o Rio de Janeiro e se emprega como cozinheiro nos navios negreiros. Fez várias viagens ao litoral africano até a sua embarcação – o navio Ermelinda – ser capturada pelos navios ingleses sob acusação de tráfico ilegal. Rufino foi parar em Serra Leoa onde convive com outros africanos islamizados. Na sua volta passa por Salvador e para depois se radicar em Recife, onde acabaria preso em 1853 denunciado por fazer “feitiços” e estar envolvido rumores de insurreições.



7.

Trajano Cunani

Kika Carvalho

(Vitória, Espírito Santo, Brasil, 1992)

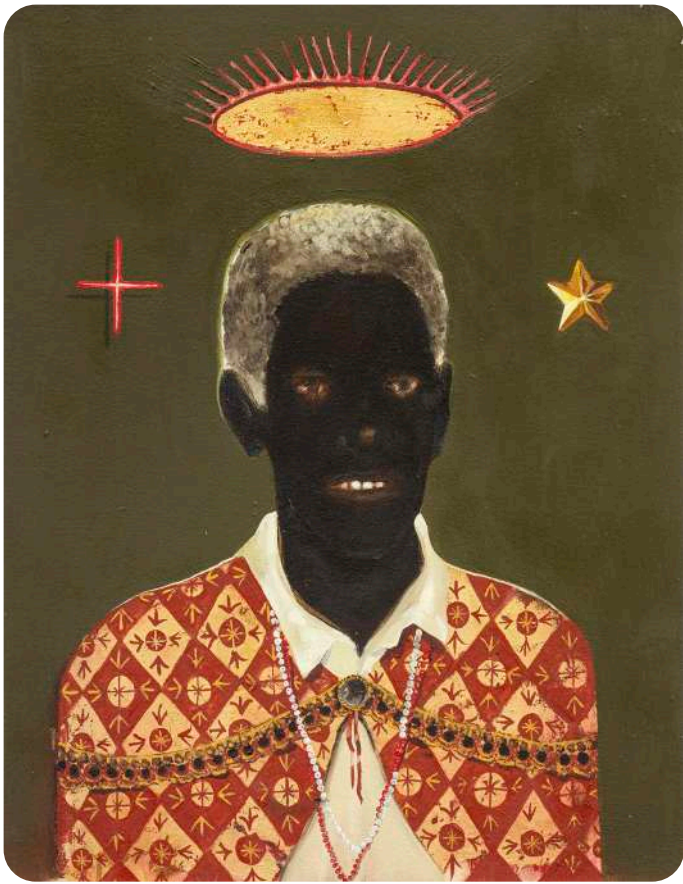
Pintura / acrílica sobre tela

80 x 49,7 x 2,3 cm

Trajano foi acusado de participar da efêmera República do Cunani, um povoado negro encravado nas regiões de fronteiras do atual estado do Amapá e a Guiana Francesa, entre os fins do século XIX e o início do XX. Criada em meados da década de 1880 por exploradores, a República do Cunani chegou a ser habitada por cerca de 300 pessoas sob a presidência do francês Jules Gros. Diante dos conflitos diplomáticos e territoriais entre França e Brasil e o asilo de libertos e fugitivos da escravidão Trajano é preso em 1895, acusado de traição. Atualmente, Cunani é considerada uma comunidade remanescente de quilombo.

Religiosidades e ancestralidades

Foram muitas as Áfricas que desembarcaram nas Américas escravistas. Por isso mesmo, por aqui se encontraram e desconstruíram também várias religiões e ancestralidades. Durante os séculos e nas mais diferentes regiões do território salientaram-se lideranças de religiões de matriz africana e afro-brasileira que cumpriram papéis diversos e contribuíram para fortalecer os sentidos de comunidade e pertença. Essas lideranças ficaram guardadas pelos nomes afetivos que se perpetuaram no país com as tantas Mães, Tias, Pais, Mestres que fizeram de tudo um pouco: cuidaram de seus orixás e santos, foram médicos e curandeiros locais, cozinheiros, parideiras, conselheiras e especialistas em seus saberes. Tias, Parteiras, Mães e Pais de Santo, Chefes de Casas de Tambor de Mina, dos Zungus, dos Candomblés, dos terreiros, casas e roças, trouxeram, ampliaram e difundiram saberes africanos nesses muitos Brasis.



1.

Chico Rei

Antonio Obá

(Ceilândia, Distrito Federal, Brasil, 1983)

Pintura / folha de ouro e óleo sobre tela
70 x 55,5 x 3 cm

Pertencente a família real do Reino do Congo, o africano Francisco foi embarcado com esposas e filhos como escravizado para o Brasil. Foi parar em Ouro Preto, Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Depois de anos de muito trabalho conseguiu não só a sua liberdade, como começaria a comprar as alforrias de filhos e outros escravizados africanos. Contava-se que, por devoção, Francisco — já chamado por todos de Chico Rei — tinha mandado construir a Capela do Rosário, onde colocou a imagem de Santa Ifigênia. Reza a lenda que Chico Rei convencia os escravizados para que escondessem o ouro em suas cabeças, entre os cabelos. Tudo servia como donativos para as irmandades libertarem cada vez mais pessoas e organizassem as Congadas.



2.

A Feiticeira Mascarada (Luzia Pinta)

Sônia Gomes

(Caetanópolis, Minas Gerais, Brasil, 1948)

Escultura / metal, pedras, tecido e outros materiais
81,5 x 21,5 x 11 cm

Luzia Pinta era uma “preta forra” natural de Angola que morava junto “à capela de Nossa Senhora da Soledad na Vola” em Sabará, Minas Gerais. Foi presa pela Visitação do Santo Ofício no ano de 1742, acusada de ser feiticeira calundureira. Nos autos dizia-se que ela fazia “aparições diabólicas por meio de danças a que chama calundu (...) com grande escândalo dos fiéis católicos”. As testemunhas afirmaram que ela dançava com uma grinalda “que devia esvoaçar quando ela dançava com os presentes – negros certamente”. Sua culpa era estar “apartada da Santa Fé Católica e ter pacto com o demônio por cuja intervenção fazia curas com operações supersticiosas e impróprias para os fins que pretendia”. No fim do inquérito, Luiza Pinta acabou condenada e degredada para o Conto de Castro Marim, em 1744.



3.

Inácio Monte

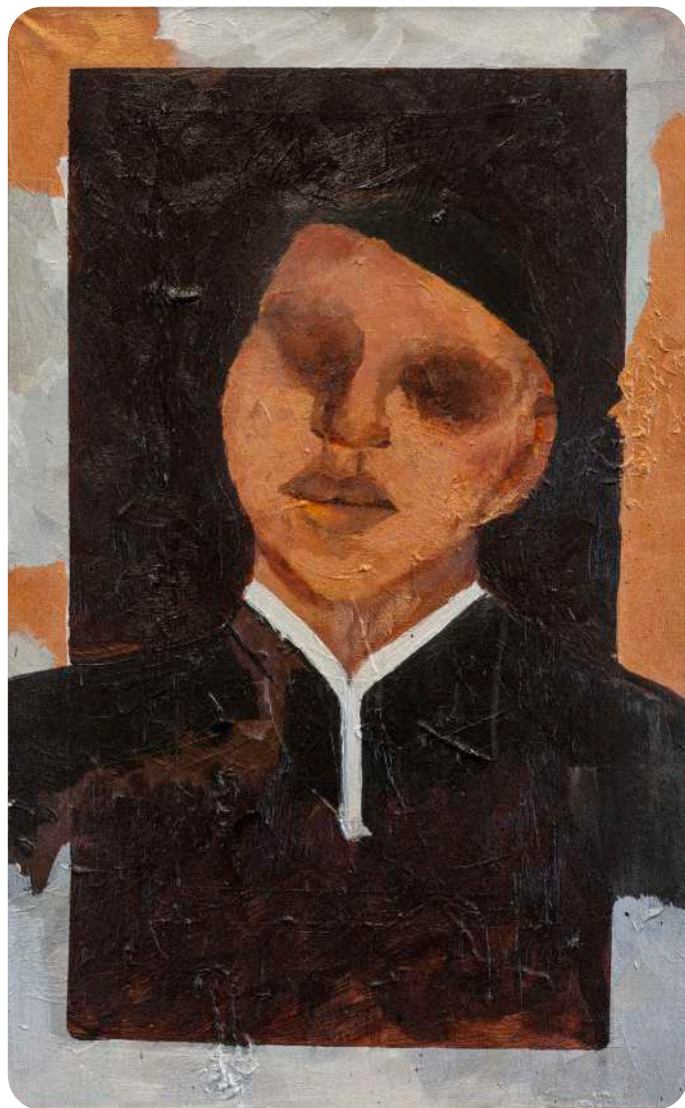
Tiago Sant'Ana

(Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 1990)

Pintura / acrílica sobre tela

39,9 x 60 x 3,5 cm

O africano Inácio Monte foi uma importante liderança das irmandades negras coloniais. Inácio foi batizado em 1742, depois de desembarcar no Rio de Janeiro. Em 1757, ele vai contar com a ajuda de outros africanos libertos que atuavam como barbeiros para comprar suas alforrias pela quantia de 350 mil. Em 1759, com a denominação de “mina-mahi” aparece se casando com a africana Vitoria “mina-coura”. Além de participarem da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Ifigênia, fundada na cidade do Rio de Janeiro em 1740, o casal acaba ingressando na “Congregação de Pretos Minas”, organização liderada por um grupo de africanos “dagomés” (do Reino do Daomé). Entre as décadas de 1760 e 1780, acontecem disputas por sucessão e pela liderança na irmandade e na congregação africanas. Os africanos das “nações Makii, Agolin, Iano, Sabaru” teriam optado por saírem “do jugo dos Dagomé” e fazer o “Seu Rei”, escolhendo Inácio Monte, em 1762.



4.

Um olhar para a vida

do Padre Joaquim de Souza Ribeiro

Micaela Cyrino

(São Paulo, Brasil, 1988)

Pintura / acrílica sobre tela

80,5 x 49,8 x 1,5 cm

Nascido por volta de 1755 na Bahia, Joaquim de Souza Ribeiro era talvez filho de alguma mulher negra ou mestiça. Tendo instrução eclesiástica se torna padre e mais tarde viaja para Portugal, formando-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1788. No início da década de 1790 encontra-se atuando como vigário-geral no Maranhão. Envolvido em denúncias começa a viajar por Portugal, Espanha, Itália, Cuba e outras partes do Caribe. Acaba estabelecendo-se na ilha de São Domingos por volta de 1799. Atuando ali como padre, vai ser acusado de ter roubado peças de prata das igrejas locais. Foge de São Domingos; passa por ilhas do Caribe, alcança a Europa e circula por diversos lugares. Em 1814 é preso em Caiena e depois trazido para o Rio de Janeiro sob acusação de fazer propaganda sobre o Haiti, junto à população negra. Chamado de “padre africano” em várias denúncias e acusações, Joaquim de Souza Ribeiro foi o único brasileiro a testemunhar as rebeliões em São Domingos (1791-1804), a conhecer André Rigaud (1761-1811), Toussaint L´Ouverture (1743-1803) e assistir a coroação do Jacques Dessalines (1758-1806) em 1804.



5.

A divindade que está vivendo de agora

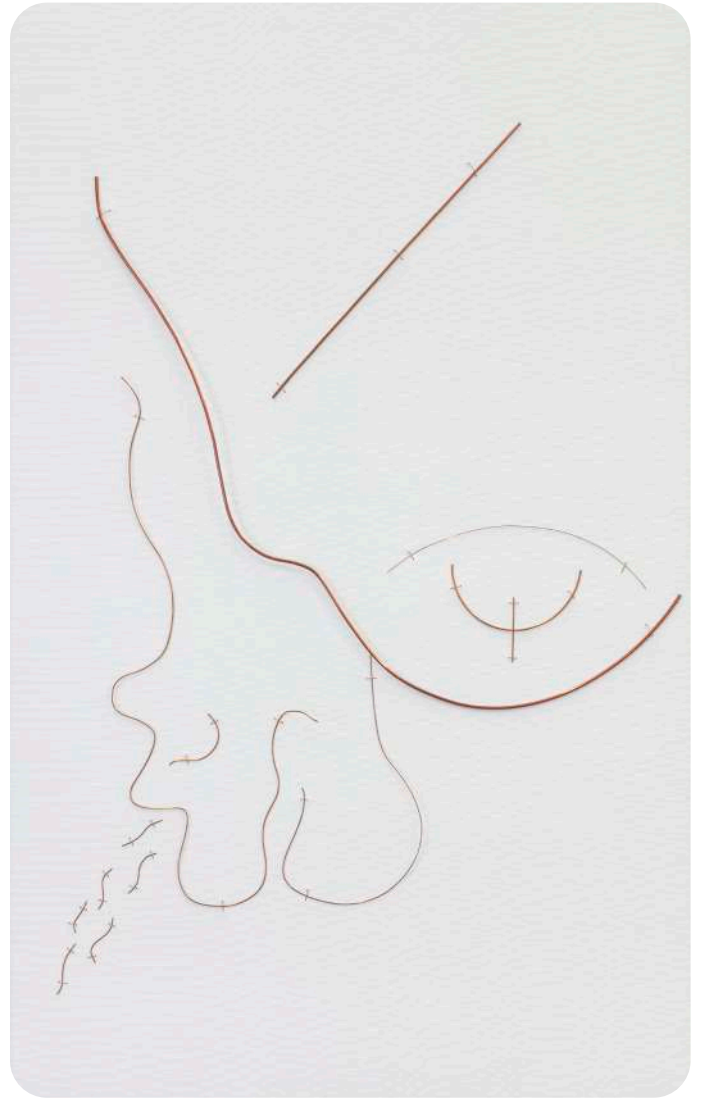
Heloísa Hariadne

(Carapicuíba, São Paulo, Brasil, 1998)

Pintura / acrílica e óleo sobre tela

100 x 100 x 3,5 cm

Nascido em Pernambuco no início do século XIX, Agostinho Pereira – chamado de Divino Mestre – foi um religioso negro. Atuando como militar nas tropas auxiliares, participa da Confederação do Equador (1824). Em 1846 foi denunciado por comandar uma “seita” com mais de 300 seguidores, a maior parte negros e que sabiam ler e escrever. Acusado de alfabetizar seus seguidores, na casa do Divino Mestre foram aprendidos textos e livros, destacando-se um “ABC”, onde mencionava sua experiência no Haiti. Nas suas “escrituras” religiosas dizia que “Deus/Jesus não tinha a cor branca” e que, “no princípio do Mundo”, os “Reis eram morenos”. Apelidado de “Lutero negro”, devido as suas críticas à Igreja, Agostinho foi preso e condenado a três anos de prisão.



6.

Martinha, recado de Ouvem

Rebeca Carapiá

(Salvador, Bahia, Brasil, 1988)

Escultura / cobre sobre tela

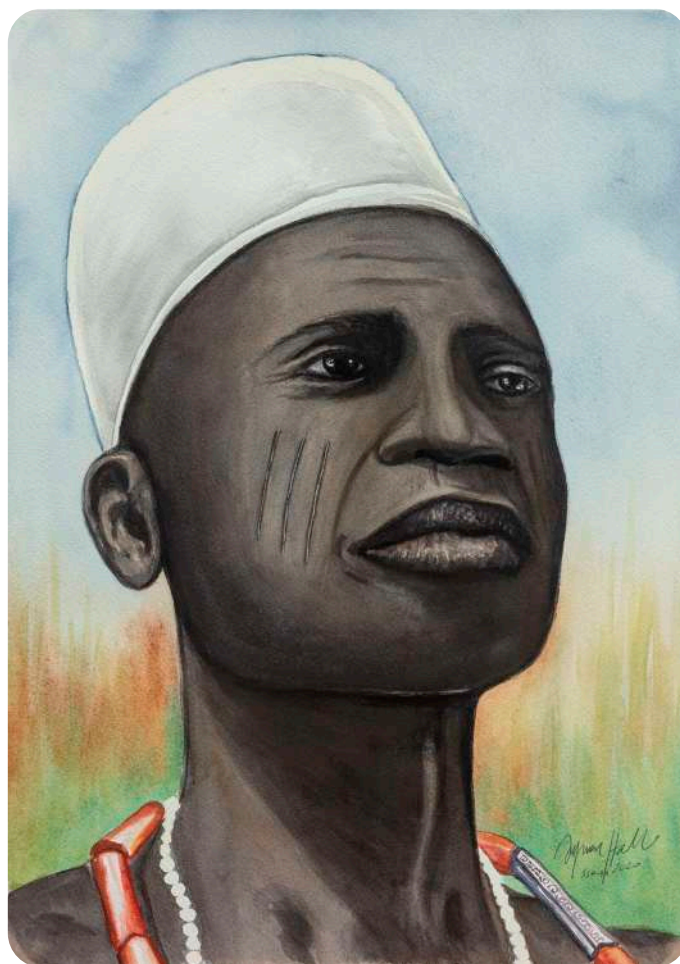
82,5 x 52,7 x 4 cm

Nascida no Brasil, a escravizada Martinha foi uma personagem mística na Amazônia em meados do século XIX. Diziam que tinha poderes sobrenaturais, comandava procissões, possessões e se intitulava Santa Maria Mártir. Alegando estar possuída por espíritos foi acusada de forçar os herdeiros de Maria do Nascimento dos Santos a passar carta de liberdade — para ela e sua mãe — como se fossem ordens sobrenaturais. Em 1860, a mãe de Martinha seria alforriada e na sua carta a constava que tal liberdade se dava por “pedidos” de Maria do Nascimento “feito por muitas vezes, depois de sua morte, aparecendo-nos em visão”. Na carta de alforria de Martinha, o testamenteiro destacava que tudo era feito “por acreditar que sua sogra assim pediu através de Martinha, quando o seu espírito se apoderou da escrava”. Houve alvoroço entre os fiéis católicos de Ourém, província do Grão-Pará, em torno das aparições públicas de Martinha, muitas vezes “fora dos seus sentidos e com voz sobrenatural pedindo certas disposições”.



7.
Ìyámìs, Grandes Mães Ancestrais
Nádya Taquary
(Salvador, Bahia, Brasil, 1967)
Escultura / bronze, cabaças e penas
36 x 50 x 50 cm

Personagens Femininas Ancestrais Quilombolas.



8.
Retrato de Domingos Sodré
Ayrson Heráclito
(Macaúbas, Bahia, Brasil, 1968)
Desenho / aquarela sobre papel algodão
40,1 x 30,1 cm

Domingos, africano ocidental, nasceu por volta de 1797, no reino de Onim, atual Lagos, Nigéria. Em companhia dos seus pais, foi vendido ainda bem pequeno para a Bahia. Ao longo do século XIX, conquista a sua alforria e se transforma num sacerdote nagô com muito prestígio em Salvador. Organiza um conhecido candomblé nos arrabaldes da freguesia de São Pedro, ficando famoso como um próspero africano liberto e proprietário de moradias.



9,1 0, 11,1 2.

***Retratos de José Martins, Mateus Pereira Machado,
Luiz Pereira de Almeida e João da Silva***

Ayrson Heráclito

(Macaúbas, Bahia, Brasil, 1968)

Desenho / aquarela sobre papel algodão

41,5 x 29,6 cm; 42,0 x 30,5 cm; 41,8 x 30,0 cm;

41,8 x 29,8 cm

Mandingueiros da Bahia – José Martins, Mateus Pereira Machado, Luiz Pereira Almeida e João da Silva foram homens negros livres e libertos perseguidos pela intolerância religiosa. Moravam no sertão de Jacobina, numa região aurífera. As maiores acusações eram de que portavam talismãs e “bolsas de mandinga”. Com elas acreditavam ter sorte, proteção e riqueza, além de curarem os malefícios e doenças da alma e do corpo. Muitos seriam presos, açoitados em Praça Pública e encarcerados nas prisões da Inquisição da Bahia.

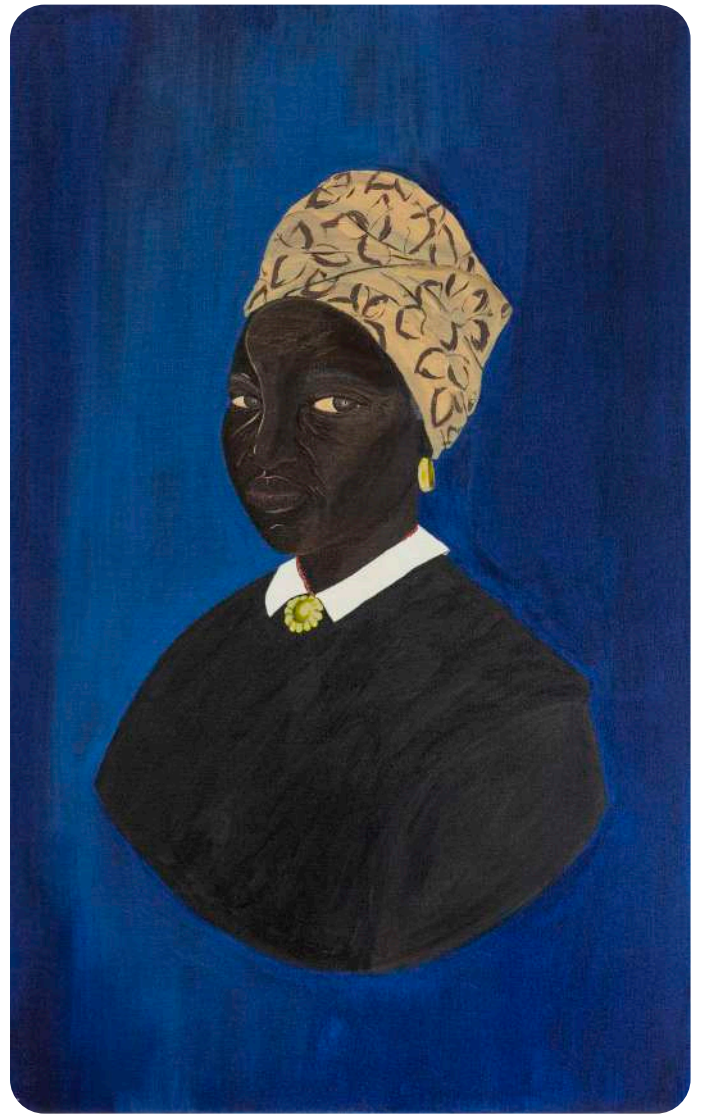
Projetos de Liberdade

Liberdade sempre foi uma utopia comum a irmanar essas várias Áfricas que, muitas vezes, vieram a se conhecer apenas no Brasil. Podemos trazer de volta projetos, utopias e expectativas dessas populações a partir de testamentos, cartas, notícias de jornal, registros de igrejas e das autoridades coloniais, de fragmentos, de fontes da polícia, de descrições legadas por senhores que pretendiam reclamar a “propriedade”, de referências jornalísticas, dos raros diários. Liberdade muitas vezes significava voltar para a África junto com a família, comprar a própria alforria e depois passar a libertar entes queridos, poder adquirir seus bens, abrir uma escola ou uma loja, pintar uma tela, compor um hino, lutar por direitos iguais ou ter um quadro na parede.



1.
Salustia
Moisés Patrício
(São Paulo, Brasil, 1984)
Pintura / acrílica sobre tela
83,3 x 53,1 x 5 cm

A escravizada Salustia vivia nos sertões da Paraíba quando impetrou, em 1885, uma ação contra seu senhor, proprietário do engenho Curral Grande. Salustia solicitou a certidão de matrícula e requereu que fosse intimado o seu suposto senhor para que, em audiência, expusesse o “título legal pelo qual a conservava no estado de cativa”. Requereu ainda “que se lhe mande passar carta de liberdade”, tendo em vista que a lei determinava declarar libertos os escravos que não fossem matriculados até o fim do mês de setembro de 1873. Salustia tinha percebido como ficara “por mais de treze anos no bárbaro estado de escravidão por modo injusto e ilegal”, pois não fora “matriculada”. Quase no final da década de 1880 a carta de liberdade de Salustia foi lavrada, finalmente, chegando ao fim a ação.



2.
Dona Afra
Mônica Ventura
(São Paulo, Brasil, 1985)
Pintura / acrílica sobre tela
80 x 49,5 x 2 cm

A africana Afra Joaquina vivia em Salvador e era casada com seu ex-senhor, o liberto Sabino Francisco Muniz, também de origem africana, o qual pagou pela liberdade da esposa ao mesmo tempo que se tornou proprietário de outros escravizados. Sabino morreu entre 1870 e 1872, deixando todos os seus bens para a mulher e a liberdade para duas escravizadas – Severina e Maria do Carmo –, contanto que permanecessem ao lado de Afra até a morte desta. Mas estas forras impetraram uma ação de liberdade sob alegação de que sofriam castigos e sevícias por parte da viúva e de seu filho Leôncio. Os advogados de defesa entraram com pedido de alforria incondicional, mas o juiz desconheceu a ação judicial, em 1874, e as duas escravizadas, acabaram obrigadas a servir a Afra até que ela morresse.



3.

Rosa Fronteiras

Mulambô

(Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil, 1995)

Pintura / acrílica sobre papelão

19,4 x 28,5 x 0,4 cm

Rosa atravessou as fronteiras da liberdade. Nascida no Brasil no século XIX, a escravizada Rosa e seus cinco filhos – Eugênio, Francisco, Fláudio e Domingos e “um ainda de peito” – queriam ser alforriados. Com a negativa senhorial, ela e sua família fugiram para as fronteiras do Uruguai, escapando de uma fazenda criatória de gado, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Rosa fazia parte de um movimento maior, com muitos escravizados fugindo de diversas áreas do Rio Grande e chegando até o Uruguai e a Argentina, entre as décadas de 1840 a 1870.



4.

Mathias Henrique da Silva e Faustino da Silva
Panmela Castro

(Rio de Janeiro, Brasil, 1981)

Pintura / óleo sobre tela

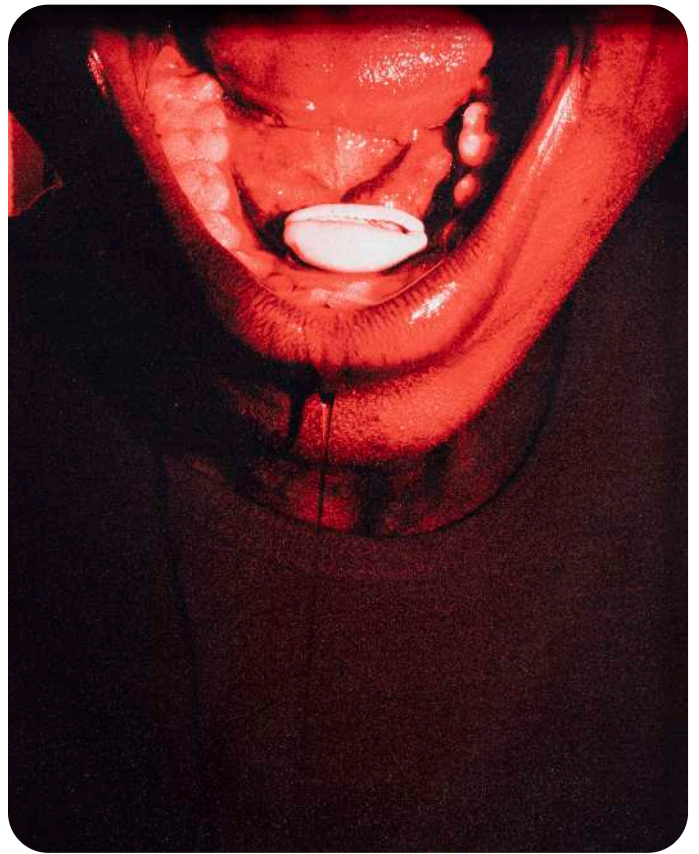
70 x 50 x 8 cm

Mathias Henrique da Silva e Faustino da Silva Paiva foram escravizados letrados que fundaram e organizaram um *club* de leitura, em Bragança Paulista, no ano de 1881. Havia turmas noturnas que contavam com o apoio de abolicionistas e professores voluntários. Funcionando numa casa modesta no centro da cidade, contaria com 40 inscritos. Mathias e Faustino enviavam cartas para vários periódicos solicitando contribuições e a remessa de exemplares para o clube de leitura que administravam como presidente e secretário. Diziam que era a “educação” que tinha o dom de prepará-los para a “liberdade”.



5.
Esperança Garcia
Bruno Baptistelli
(São Paulo, Brasil, 1985)
Pintura / acrílica e guache sobre papel
29,7 x 21 cm

No século XVIII, no Piauí, Esperança Garcia foi uma das primeiras escravizadas a entrar na justiça, requerendo direitos. Talvez tenha ajudado a redigir o documento mais antigo supostamente escrito por uma escravizada, expressando vontades, desejos e expectativas. Esperança era uma escravizada casada e que trabalhava na Fazenda dos Algodões, antiga propriedade jesuítica, nos sertões do Piauí. Diante de ameaças de venda ou transferência da fazenda, ela escreveu para o governador do Piauí, alegando que já tinha dois filhos e não queria se afastar de amigos e parentes. Admitia que já fugira algumas vezes para impedir que seus filhos sofressem “grandes trovoadas e pancadas” ou ela própria se transformasse num “colchão de pancadas”.



6.
**Francisca Luiz. Quando o segredo é revelado,
o mistério não é guardado**
Castiel Vitorino Brasileiro
(Vitória, Espírito Santo, Brasil, 1996)
Fotografia / impressão digital
sobre papel semi perolado
44 x 35,8 x 2,5 cm

Francisca Luiz – No século XVI durante as perseguições religiosas das visitações do Santo Ofício ao Nordeste (1591-5), dezenas de mulheres foram detidas e acusadas pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça como “sodomitas”. Um caso rumoroso envolveu Francisca Luiz e Isabel Antônia. Francisca era uma “negra forra” natural do Porto, mas que morava em Salvador e tinha quarenta anos. Ela foi denunciada por Isabel da Fonseca, que disse que havia sete ou oito anos, vira Francisca dar um recado a uma mulher solteira chamada “a do veludo” e que tinha fama pública de dormir carnalmente com Isabel Antônia. Em setembro de 1592, Francisca foi convocada pelo Visitador, que lhe pediu que declarasse “todas suas culpas”. Contou ela, então, que, em 1577, na cidade do Porto, “morou de portas a dentro duas vezes com Maria Álvares, mulher que em casa não tinha marido”. Confessou ainda que havia treze anos mantinha “amizade” com Isabel Antônia, “mulher que não tem marido, que diziam que veio degredada do Porto por usar do pecado nefando com outras mulheres”. E por ser sua conterrânea, ela ré “se agasalhou em sua casa um mês ... no qual tempo pecou com ela o dito pecado nefando algumas três vezes em diferentes dias, pondo-se uma em cima da outra e ajuntando seus corpos e vasos”. Em agosto de 1593, foi proferida a sentença: pagamento de dez cruzados para as despesas do Santo Ofício, penitências espirituais (confissão e jejuns). Francisca foi uma das primeiras mulheres condenadas pela Inquisição, no Brasil, por “sodomia”. No entanto, como Isabel Antônia já havia falecido na época, o Santo Ofício resolveu não castigar Francisca com o desterro.



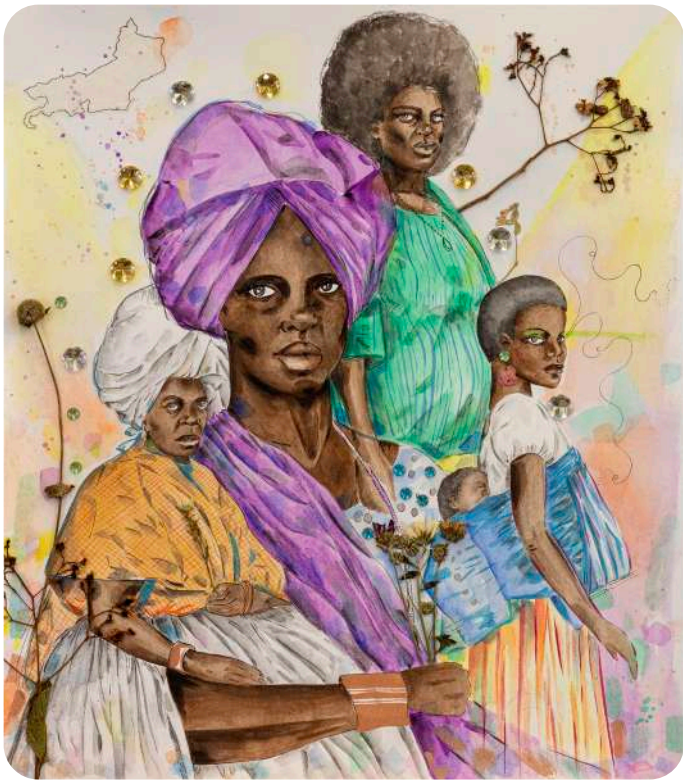
7.
Francisca, rainha Haussá,
está presente como Carla Akotirene
Daniel Lima
(Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1973)
Desenho / tinta sobre papel vegetal
29,6 x 42 cm

A africana Francisca liderou uma revolta em 1814, em Salvador, reunindo mais de 200 rebeldes entre cativos das áreas urbanas, das zonas rurais e também quilombolas. Os documentos mencionam Francisca, como “intitulada Rainha”, em cuja casa “se guardavam as armas” utilizadas na revolta. O companheiro dela era também africano, apelidado Francisco Cidade, que fazia a conexão com rebeldes da cidade e de outras áreas. O casal andava por várias partes de Salvador e do Recôncavo, visando “conferir títulos e dignidades aos mais arditos de sua Nação”, principalmente os africanos ocidentais haussás, aos quais pediam que participassem do levante.



8.
Teodora, ela é uma mulher...
Lídia Lisboa
(Guaíra, Paraná, Brasil, 1970)
Escultura / crochê, plástico e tecido sobre madeira
82,5 x 52,8 x 11,5 cm

Teodora Dias da Cunha foi submetida a um interrogatório em janeiro de 1867. Nele, respondeu desconhecer sua idade, “que representa ser cinquenta a sessenta anos”. Declarou ser casada com Luís, que se encontrava vendido em Campinas, e ser filha de Balanger, carpinteiro. Disse ignorar o nome da mãe, congá, mas afirmou que seus pais eram ambos da Costa. Contou que era cozinheira e que não sabia ler ou escrever. Trazida ao Brasil, foi trabalhar na zona rural paulista, nas proximidades de Limeira, como escravizada de João Rodrigo da Cunha, cujo sobrenome adotou, constituindo sua família. Por volta de 1862, foi vendida em São Paulo para o cônego Fidélis Álvares Sigmaringa de Moraes, e separada do marido e do filho. Foi nessa circunstância que conheceu o escravizado Claro Antônio dos Santos e pediu-lhe para redigir sete cartas dirigidas a seus parentes e antigos proprietários de seu marido – na maioria das vezes Teodora não sabia, porém, o endereço dos destinatários. Não conhecemos, o desfecho da história. Porém, por meio das palavras ditadas por Teodora, é possível reconstituir partes da trajetória de sua escravização, seu cotidiano e seus sonhos de rever a todos na África.



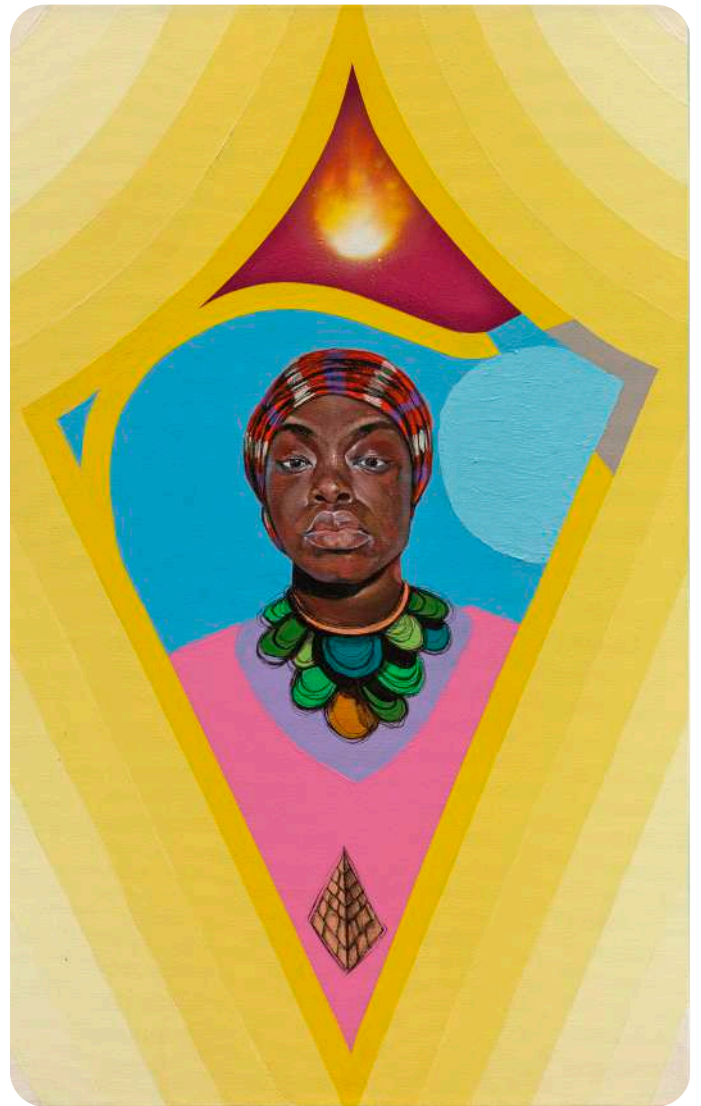
9.

Maria Rosa, Josepha, Rita e Benedita
Renata Felinto

(São Paulo, Brasil, 1978)

Desenho / adesivo, aquarela, grafite, nanquim,
e flores e folhas secas coladas sobre papel
41 x 36,3 cm

Maria Rosa, Josepha, Rita e Benedita Caetana foram mulheres negras que apostaram nas suas liberdades, até o final do século XIX. Vivendo na Corte do Rio de Janeiro, elas contaram com as doações do *Livro de Ouro* da emancipação, criado em 1884. Muitas enviavam cartas à Imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina (1822-1889), enquanto outras contavam com a intercessão de seus senhores ou de políticos.



10.

Justina Maria do Espírito Santo
Michel Cena

(São Paulo, Brasil, 1985)

Pintura / acrílica e tinta spray sobre tela
80,5 x 49,5 x 4 cm

Justina Maria, africana, era vendedora de frutas e escravizada do padre João Carlos Monteiro, orador sacro de grande fama na capela imperial, vereador, deputado de sua cidade e principal figura do clero em Campos de Goytacazes. Aos 54 anos de idade o padre se encantou com Justina, que tinha então 13 anos. O conhecido abolicionista José do Patrocínio, nascido em 1853, era filho dela e do padre. O pai não o reconheceu, porém, como filho. Depois de ser liberta, Justina ganhou a vida como quitandeira. Faleceu em 1855.



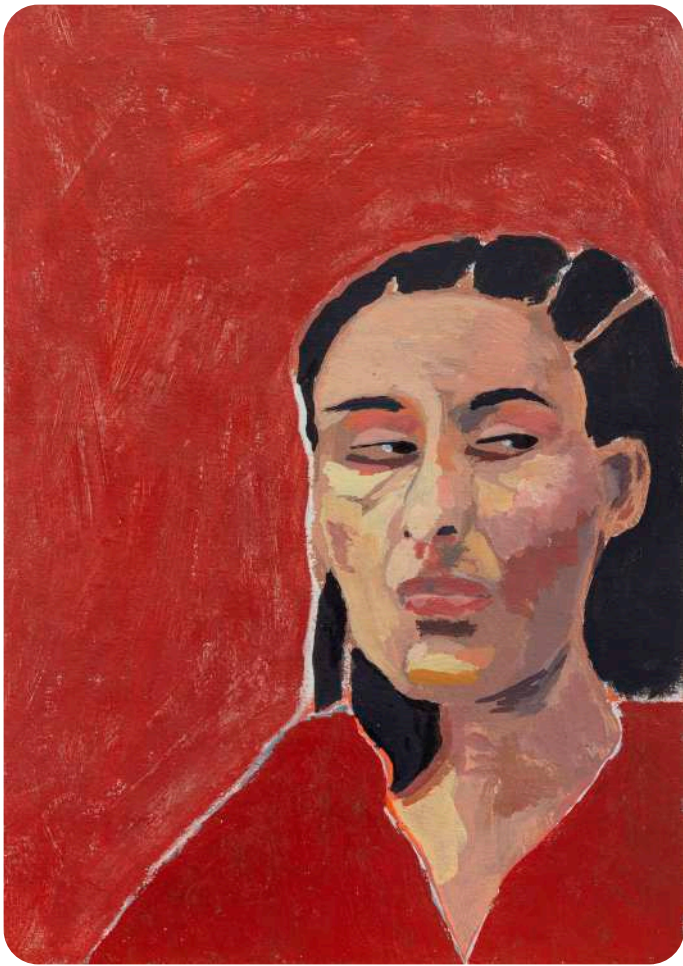
11.
Liberata
Michel Cena
 (São Paulo, Brasil, 1985)
 Pintura / acrílica e tinta spray sobre tela
 80,2 x 49,7 x 4,2 cm

Em Santa Catarina, a escravizada Liberata lutou para conseguir a sua liberdade e de seus filhos, além de se livrar dos assédios sexuais do seu senhor. Ela nasceu por volta de 1780. Aos dez anos já trabalhava em Desterro, quando se viu vítima de abuso e perseguições. Em 1793, Liberata teve um filho com seu senhor, que prometera dar liberdade para ambos. Liberata acabou alvo da perseguição da sua senhora. Casou-se com o pardo João e este ofereceu dinheiro para comprar sua liberdade. Motivado por ciúmes, seu senhor não admitia tal casamento e nem concordava com os valores para o pagamento da alforria. Começaria um longo processo penal no qual ele tentou defender nos tribunais projetos de família e liberdade.



12.
Germana
Bruno Baptistelli
 (São Paulo, Brasil, 1985)
 Pintura / acrílica e guache sobre papel
 29,6 x 20,8 cm

Germana vivia em Salvador (BA) e era casada com Manoel Pinto de Oliveira, escravo forro. Juntos conseguiram amearhar a quantia de 180 mil réis para depositar como pecúlio em favor da liberdade de Germana. Quando ela estava com 60 anos, entrou com uma ação na justiça, na qual se queixava do rigoroso cativo a que era submetida por seu senhor. Argumentava que já tinha idade avançada e continuava a sofrer castigos físicos. Além disso, já havia “produzido” quinze crias. Alegava também que era casada, mas estava vivendo separada de seu marido, livre, também idoso e bastante doente. Durante o julgamento da ação, Germana chegou a ser avaliada em 250 mil réis pelo seu senhor, e depois em 150 mil réis, por sua avançada idade e pouca saúde. Como acabou sendo avaliada 30 mil réis abaixo da quantia que fora depositada, solicitou a devolução dessa diferença.



13.
Juliana
Bruno Baptistelli
(São Paulo, Brasil, 1985)
Pintura / acrílica e guache sobre papel
29,6 x 21 cm

A escravizada Juliana foi uma mulher empreendedora que planejou a compra de sua liberdade e a de seus familiares. Vivendo no litoral da Paraíba oitocentista escravista, Juliana, sua mãe Luísa e irmãos lutaram para mostrar que eram mulheres livres, donas de si e de seus filhos. Em 1855, Juliana comprou a sua alforria por um conto de réis. Alguns de seus filhos tinham nascido antes e batizados como escravizados, enquanto outros nasceriam livres. Mas a sua mãe Luísa só foi alforriada em 1861, quando já tinha cerca de cinquenta anos. Um a um, Juliana foi conseguindo amealhar recursos para alforrias todos da sua família que ainda eram escravizados. Com apoio de parentes e outros laços de compadrio gerações de cativos – pais, mães, avós, netos, filhos e primos – acreditaram na liberdade também como uma estratégia coletiva e familiar.



14.
Maria
Amilton Santos
(Santos, São Paulo, Brasil, 1977)
Desenho / guache e nanquim sobre papel
41,9 x 29,7 cm

Maria (séc. XIX) [Piauí] tentou sair do cativo, mas a escravidão não queria sair dela. Ela vivia no Piauí, em regiões voltadas para o mercado interno. Embora Maria tenha sido libertada por uma de suas senhoras em 1845 em “três quartos da sua propriedade”, ela teve que servir aos demais membros da família, que detinham um quarto de sua propriedade, pelo resto de sua vida.



15.

Caetana e nossos Nãos

Juliana dos Santos

(São Paulo, Brasil, 1987)

Fotografia / impressão digital e tinta sobre papel
42 x 29,5 cm

A escravizada Caetana nasceu no Brasil. Era talvez filha das gerações de africanas que chegaram ao Brasil entre 1810 e 1820. Ela viveu com seus parentes na fazenda Rio Claro, grande propriedade cafeeicultora com centenas de escravizados. Em 1835, Caetana que tinha a ocupação de mucama e contava com 17 anos foi obrigada a casar com Custodio de “vinte e tantos”, que era alfaiate. Ambos faziam parte de uma “elite de escravizados”, já que suas ocupações lhes facultavam acesso à casa-grande. Mas Caetana acabou recusando a imposição senhorial para aquela vida marital e gerou um processo cível (de 1836 a 1840) para a anulação do casamento. Caetana disse não!



16.

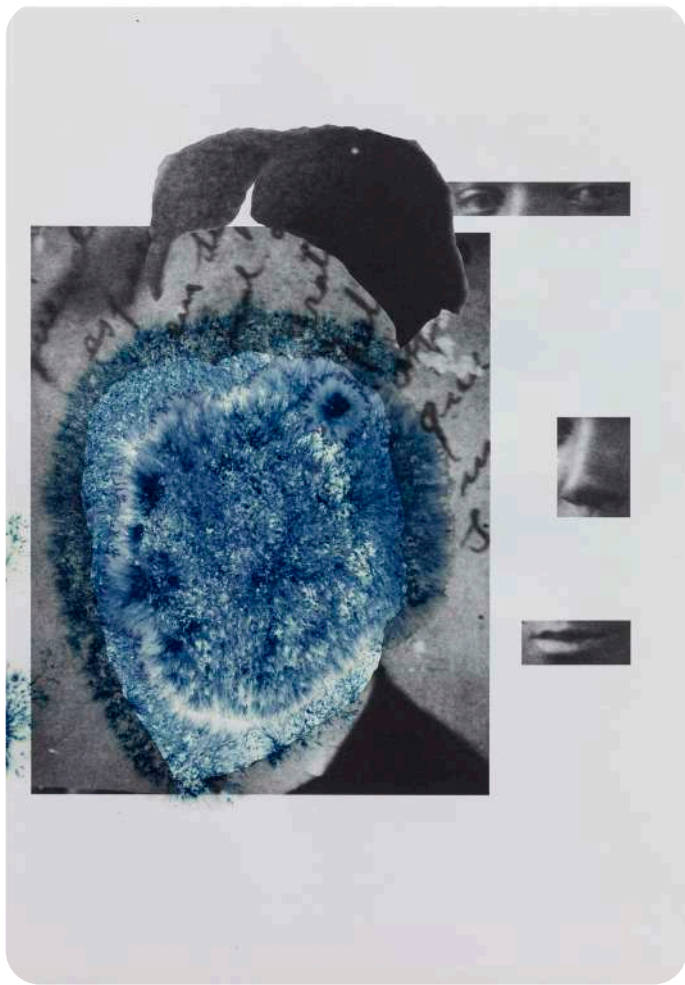
Bernarda de Souza e sua mãe

Juliana dos Santos

(São Paulo, Brasil, 1987)

Fotografia / impressão digital e tinta sobre papel
41,9 x 29,7 cm

Bernarda de Sousa era uma ex-escravizada de quem sabemos muito pouco, apenas que vivia na primeira metade do século XVIII no Rio de Janeiro. Ela comprou sua alforria com as economias que conseguiu juntar vendendo produtos vegetais na cidade. Filha de Marta de Sousa, Bernarda além de comprar sua alforria, também adquiriu uma escravizada para servi-la e assim aumentar sua renda. Por fim, comprou a própria mãe, Marta de Sousa. Em 1755, já viúva e doente, sem herdeiros e temendo morrer, Bernarda foi ao cartório local para finalmente alforriar sua mãe. Como conhecia as leis vigentes, sabia que se morresse, e sem testamento, seus bens reverteriam para o Estado. Nesse caso sua mãe Marta seria leiloada. Bernarda compareceu, então, ao cartório local, no dia 27 de setembro de 1755, e registrou que havia comprado sua mãe porque se sentia na obrigação de protegê-la e, se a mantivera no cativeiro, fora apenas para “conservá-la em sua companhia, tratando-a com a veneração devida”. Seu ato foi, assim, menos uma forma e violência, mas uma prova de amor.



17.

A letra de Quintilhano de Avelar

Juliana dos Santos

(São Paulo, Brasil, 1987)

Fotografia / impressão digital e tinta sobre papel

42 x 29,5 cm

Quintiliano Avelar foi o primeiro signatário de uma carta enviada em abril de 1889a Rui Barbosa, então um jornalista republicano. Ele assinava pela “Comissão de Libertos de Paty de Alferes”, que tentava mobilizar o prestígio de lideranças políticas no debate entre republicanos e monarquistas sobre a educação dos filhos dos libertos. Quintiliano e seu grupo explicavam por escrito que: “para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedir [educação] para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a República, que é liberdade, igualdade e fraternidade”.

Organização/ Organization
Universidade Católica Portuguesa
Galeria Fundação Amélia de Mello
Cultura @ Católica 2024

Curadoria/ Curatorship
Flávio Gomes
Jaime Lauriano
Lilia Moritz-Schwarcz

Design gráfico/ Graphic design
Nuno Maio

Produção executiva/ Executive producer
Creative Industries Programmes by SC – Sara Cavaco

Montagem/ Installation
Maria Torrada Construções

Produção gráfica/ Graphic production
Duplix

Seguros/Insurance
InnovaRisk

Acervo/ Collection
Pinacoteca de São Paulo

Projeto/ Project
**Enciclopédia Negra: Parceria | Partnership Associação Pinacoteca;
Arte e Cultura de São Paulo; Companhia das Letras**

Apoio/ Support
Instituto Ibirapitanga / Colaboração: Instituto Soma Cidadania Criativa

Galeria Fundação Amélia de Mello / Amélia de Mello Foundation Gallery

Coordenador/ Coordinator
Paulo Campos Pinto

Serviço de apoio ao visitante / Visitor service support
Margarida Calção

Universidade Católica Portuguesa
Edifício da Biblioteca Universitária João Paulo II
Palma de Cima, 1649-023, Lisboa



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

CULTURA
@CATOLICA


FUNDAÇÃO
AMÉLIA DE MELLO



Innovarisk
UNDERWRITING
ESPECIALIZADOS. POR SI.